



Portugal Colonial

REVISTA DE PROPAGANDA E EXPANSÃO COLONIAL

<p>FUNDADOR HENRIQUE GALVÃO DIRECTOR, ADMINISTRADOR E EDITOR ANTÓNIO MURALHA SECRETÁRIO DA REDACÇÃO F. ALVES DE AZEVEDO</p>	<p>SEDE RUA DA CONCEIÇÃO, 35, 1.º <i>End. Telegráfico: MINERVA</i> <i>Telefone 24253</i> PROPRIEDADE DA EMPRÊSA PORTUGAL COLONIAL NÚMERO 63</p>	<p>PREÇO AVULSO Metrópole..... 3\$00 Colónias..... 4\$00 (ASSINATURAS) Metrópole (6 meses)... 18\$00 Colónias (6 meses)... 24\$00</p> <p>COMPOSTO E IMPRESSO OTTOSGRÁFICA LIMITADA Conde Barão, 50 — LISBOA</p>
--	--	---

SUMARIO

O PORTO DE LOURENÇO MARQUES E O TRÁFEGO DA ÁFRICA DO SUL.....	<i>Coronel Alexandre Lopes Galvão</i>
NOSTALGIA AFRICANA	<i>Coronel Carlos Roma Machado</i>
TERRAS DE PORTUGAL: II— CALDAS DA RAÍNSHA.	<i>António Montês</i>
POVOAMENTO COLONIAL (ESBÓÇO).....	<i>A. da Fonte-do-Souto</i>
QUESTÕES ETNOGRÁFICAS DOS ÍNDIGENAS DA NOSSA ÁFRICA (Continuação)	***
PÁGINA LITERÁRIA—«DA SEMANA ABENÇOADA»— (AOS PORTUGUESES DE ALÉM-MAR)	<i>Berta Leite</i>
DA IMPRENSA COLONIAL TRANSCREVE-SE.....	<i>J. Carde</i>
NO ESTRANJEIRO	***
CRÓNICA DO MÊS.....	<i>H. G.</i>
NOTAS DO MÊS.....	***
INFORMAÇÕES, ETC.....	***
ESTATÍSTICA	***

O pôrto de Lourenço Marques e o tráfego da Africa do Sul

PELO CORONEL ALEXANDRE LOPES GALVÃO

QUANDO Portugal começou a apetrechar o pôrto de Lourenço Marques destinava-o já a pôrto de trânsito que devia servir os interêsses da República do Transvaal.

O presidente desta Paul Kruger, como bom boer que era, não queria nada com os ingleses: preferia entender-se comnosco, e êle lá tinha as suas razões, como mais tarde se viu.

Em vão punham as colónias inglesas do Natal e do Cabo os seus portos à disposição dêle. O que êle queria era uma saída franca para o mar pelo território dos portugueses que êle tinha como verdadeiros amigos e que amigos foram até o final da sua vida pública.

A posição geográfica de Lourenço Marques casava-se bem com as aspirações do presidente Kruger. Todo o território da República Sul Africana cabia dentro da sua zona de influência.

Não havia por isso que duvidar de que o nosso pôrto viria a ser o grande pôrto do sub-continente africano. Tal porém não aconteceu.

Mudaram os tempos, mudaram os ventos. Ainda assim, a amizade do velho presidente por nós e pela nossa Colónia, encontrou eco nos primeiros governos da nova colónia inglesa, governos formados de boers tal qual como se para nós a simpática República ainda existisse.

Os ingleses, donos das minas de ouro e diamantes também se davam bem com os portugueses; os interêsses criados por êles em Lourenço Marques eram grandes; por outro lado, nós eramos os detentores da melhor mão de obra que êles podiam ambicionar, e por isso a importância de Lourenço Marques aumentava de dia para dia, a-pesar-da República ter desaparecido.

Em vão Lord Selborne e o seu logar-te-

nente em Lourenço Marques se esforçavam por desviar o tráfego do nosso pôrto.

A tonelagem importada por êle passava por cima de tôdas as convenções e de todos os obstáculos e dava mostras de monopolizar a totalidade de tráfego de que as minas necessitavam.

A célebre Conferência de Lisboa, realizada em 1905, nenhuma vantagem trouxera aos portos do Natal e do Cabo.

Ao acôrdo aqui negociado, preferiram o «statu-quo ante».

Lord Selborne nessa altura perdera a partida.

O Marquês do Soveral, ao tempo nosso embaixador em Londres, e a quem se devia o deslocamento das negociações da África do Sul para a Europa, para os subtrair à acção do seu Alto Comissário que era também Governador do Transvaal, deslocara-se até Lisboa para as seguir de perto, tendo conquistado mais uma vitória para Portugal.

A situação na África do Sul mostrava-se cada vez mais aflitiva.

A construção do caminho de ferro de Benguela prosseguiu com rapidez e as colónias inglesas do Natal e do Cabo viam no pôrto do Lobito um novo concorrente ao tráfego do interior do sub-continente.

Acumulavam-se as ameaças!

Os jornais de uma e outra colónia não cessavam de pôr em evidência o perigo e de solicitar a solidariedade do Transvaal.

Os jornais humorísticos apresentavam os portos com escritos: «Portos para alugar».

Lourenço Marques era o pôrto soberano.

O Transvaal a-pesar-de tudo não se comovia. Houve por isso que mudar de tática.

Tentou-se primeiro uma maior aproximação com a União Aduaneira. Lord Selborne lançou-se resolutamente na campanha da

«closer-union» que conduziu—e isso era fatal—ao desaparecimento dessas colónias e à formação de um novo Estado sob a égide do Transvaal. Nesse dia os boers tinham ganho a guerra que tantas vidas e tanto dinheiro havia custado à Inglaterra.

Sem reboço se dizia que, se a república havia desaparecido, o espírito de Kruger tinha ficado e era ele que orientava os actos de todos. A República continuava! A guerra foi em 1900: dez anos depois, em 1910 formava-se a União Sul Africana à qual presidiu esse grande espírito que foi o General Botha; em 1920, isto é 20 anos depois, a União convertia-se em Estado praticamente livre.

E não voltou ainda a ser Republica de direito e agora *Sul Africana* com toda a propriedade, por abranger todo o sub-continente, porque o General Hertzog, digno sucessor de Botha, conseguiu convencer os seus compatriotas boers que mais conveniente para eles era continuar na situação em que estão, pois têm toda a liberdade de acção e têm quem os defenda de todos os perigos estranhos e lhes compre toda a produção que é grande.

Com a proclamação da República perderiam estas vantagens sem qualquer proveito compensador.

A posição de Lourenço Marques é que mudou por completo.

Agora, os portos de Natal e do Cabo não são já portos ingleses: são portos boers, ou sul-africanos, se preferirem a designação; são portos da própria União. Era preciso protegê-los, embora dessa protecção resultassem prejuízos materiais por se contrariarem leis económicas.

E a verdade é que o estabelecimento da hegemonia boer em toda a África do Sul, como o próprio presidente Kruger a ambicionaria, vale bem um sacrifício desta natureza.

Maior o está fazendo o Congo Belga prescindindo do porto do Lobito, que é, sem contestação a entrada natural para a Alta Katanga. De nada valeram acordos fazendo a partilha do tráfego de e para aquela região mineira.

Embora os transportes por via Matadi custem 3 ou 4 vezes mais, do que por via Lobito, o nacionalismo económico tudo suporta.

Quanto diferente ele é do de outros povos!



O tráfego de importação da África do Sul, o «sea born traffic» como os ingleses lhe chamam, como se realmente do mar nascesse, eleva-se anualmente a alguns milhões de toneladas.

No ano económico de 1934-1935 realizou 4.243.106 toneladas.

Tão importante tráfego entra pelos diversos portos da União e também pelo nosso porto de Lourenço Marques.

Eventualmente poderá a União receber alguma mercadoria entrada pelo porto da Beira ou mesmo pelo do Lobito, mas tudo o que possa entrar actualmente por estes dois portos é um infinitamente pequeno em relação à tonelagem recebida.

O grande mercado consumidor daquela importação é o Rand, região mineira da Província do Transvaal, hoje universalmente conhecido.

As minas de ouro do Transvaal são hoje o agrupamento mineiro mais importante de todo o mundo.

Para comprovar basta dizer que tendo-se extraído de todas as minas, no último ano, 701.407 quilos de ouro fino, a União Sul Africana, à sua parte produziu 297.108, ou seja mais de 40 % da produção mundial.

Nas minas do Rand trabalham hoje cerca 30.000 europeus e perto de 300.000 negros.

Compreende-se pois que para o exercício de uma tão formidável actividade mineira sejam necessárias milhões de toneladas de mercadorias.

A União Sul Africana é um país enorme, um pouco maior que a nossa colónia de Moçambique e 10 vezes maior do que o Portugal continental.

Mas tem áreas enormes desertas. Todos conhecem o *Karoo* que abrange grande parte da meseta central delimitada a leste e a sul pelos Drakenberg. Em todo ele, as propriedades dos boers constituem pequenos oásis de deminuto valor.

Áreas de milhares de hectares são povoados apenas por centenas ou milhares de avestruzes que com dificuldade se sustentam do que o terreno dá.

O avestruz é criado para a exploração das penas que quando são moda, representam uma riqueza formidável para o país.

Em tempos, quando as penas de avestruz constituíam adorno de grande luxo, os vapo-

res da Mala da Union Castle desviavam-se da carreira para irem a Mossel Bay carregar penas de avestruz.

O avestruz vive naquelas paragens porque tem um raio de acção muito grande. Desloca-se rapidamente para grandes distâncias, o que não acontece, por exemplo, com o gado lanígero ou outro que numa tal região se pretendesse criar.

A área mineira do Rand ocupa uma posição interessante em relação ao mar. Muito afastada dele, pois o caminho mais curto que a êle conduz mede mais de 600 quilómetros, pode entretanto ser servida por um grande número de portos.

Situada para além da cordilheira dos Drakenbergs, esta constitue como que um formidável reducto que a isola das grandes planuras que conduzem ao mar.

O pôrto que mais perto fica do Rand é o de Lourenço Marques, e o caminho que a êle conduz é também o mais favorável e mais propício para a ligação com o litoral.

Emquanto que no caminho que conduz a outros portos foi preciso fazer reversões dentro das montanhas para vencer o desnível do planalto, no caminho de Lourenço Marques as dificuldades venceram-se com um pequeno cremalheiro, que com um estudo mais cuidadoso se verificou que se podia eliminar como de facto se eliminou.

Dada pois a circunstância de ser o tracto entre o Rand e Lourenço Marques o mais curto e o mais fácil, permitindo um transporte muito mais barato do que por qualquer outra via, era por Lourenço Marques que devia passar todo o tráfego que o Rand consumisse e certamente por êle passaria se a República do Transvaal não tivesse desaparecido. Lourenço Marques seria em tal caso um dos primeiros portos do mundo.

É certo que o Transvaal não perdeu da sua importância nem da sua autonomia para poder dispor dos seus destinos. Mas os antigos portos do Natal e do Cabo são hoje portos seus.

E embora o Transvaal reconheça que a importação por êles é mais dispendiosa também sabe que as minas podem bem com o aumento de despesas que daí resulta. A economia do país, por ora, pouco sofre e as populações do litoral vivem satisfeitas, o que não é indiferente para a política dos Governos e para a tranquillidade do país.

Contra as realidades económicas estão as

exigências políticas. E estas, hoje mais do que nunca, obrigam a soluções, por vezes defeituosas como esta.

¿ Pois não está o Congo Belga a fazer os transportes de Katanga por via Matadi onerando as mercadorias com o dôbro ou o triplo da despesa, só para não utilizar o pôrto natural do Lobito, mas que não é seu ?

Se não fôsse a necessidade que o Rand tem da nossa mão de obra, de há muito que a fronteira portuguesa estaria fechada não só às importações como às exportações do Transvaal. O plano está já estudado.

Komati Port liga-se com Gollél por meio de um caminho de ferro que corre paralelo à fronteira através da Awazilândia britânica e o tráfego escoo-se todo para Durban.

O plano foi estudado para fazer capitular Lourenço Marques.

E esta é uma razão mais para condenar a localização da capital da colónia de Moçambique em Lourenço Marques.

A capital política deve estar situada em região que não esteja à mercê de influências estranhas.

Mas, a nossa mão de obra é-lhes por agora indispensável.

E por isso o Transvaal consegue sem grandes atritos repartir alguma coisa com o nosso pôrto.

Esta é a razão porque Lourenço Marques continua sendo um grande pôrto de trânsito.

Importância relativa dos portos sul-africanos

A situação dos diversos portos que se arrogam o direito de servir o Rand, é a seguinte, caminhando do sul para o norte:

Cabo da Boa Esperança, Port Elisabeth, East London, Durban, Lourenço Marques. O Cabo da Boa Esperança é o pôrto mais afastado; Lourenço Marques é o pôrto mais próximo. As distâncias a que se encontra cada um deles por caminho de ferro é a seguinte:

Cabo-Johannesburgo	1.630 kms.
Port Elisabeth-	"	1.147 "
East London-	"	1.072 "
Durban-	"	777 "
Lourenço Marques-	"	634 "

O tráfego de importação distribuiu-se por

êles no ano económico de 1934-35 como segue :

Portos	Tráfego importado (Ton.)
Cabo.....	1.098.065
Port Elisabeth.....	562.566
East London.....	387.519
Durban.....	1.497.105
Lourenço Marques.....	665.831
Total.....	4.208.886

Vê-se assim que devendo Lourenço Marques ser o primeiro pôrto de importação da União Sul Africana, por favor é o terceiro e com séria ameaça de ser suplantado por Port Elisabeth que com as grandes obras nele há pouco realizadas aspira a ocupar o terceiro lugar. Essa aspiração foi grandemente facilitada com as alterações introduzidas em 1934 na Convenção de Moçambique.

Ora, pelo critério geográfico, quasi tudo o que entra por Durban, East London e Port Elisabeth devia passar por Lourenço Marques. A provincia do Cabo tem já via própria e intensa, por isso grande parte das importações que o seu pôrto regista são para consumo da própria provincia.

É de notar que o pôrto de Lourenço Marques mais do que qualquer dos portos da União tem capacidade para servir à vontade todo o tráfego que o Transvaal importa. O seu apetrechamento actual poderia dar satisfação a todas as importações. A sua capacidade é por assim dizer ilimitada.

O belo estuário do Espírito Santo, prolongando-se por mais de uma dezena de quilómetros, permite a realização de todas as obras que um pôrto moderno possa exigir e na extensão que se quizer.

A situação de Lourenço Marques em relação às exportações da União

O facto de o Rand ser o principal centro importador da África do Sul não implica que tenha grande importância como centro de exportação. A mercadoria que produz—o ouro—caberia bem num combóio rebocado por uma das potentes máquinas que nas linhas da África do Sul fazem serviço e não têm paralelo ainda em Portugal.

As exportações da União são constituídas

principalmente pelos produtos da agricultura como o milho, frutas, etc., ou pelos produtos de origem animal como peles, lãs, penas, etc., ou ainda pelos produtos de origem mineral: carvão e outros minerais. Muitos destes produtos são provenientes das regiões baixas das provincias da União. Por isso a situação de Lourenço Marques não tem já o privilégio de que devia gosar em relação às importações.

O principal produto exportado hoje por Lourenço Marques é o carvão das minas de Wilhbank. E de tal maneira o Governo da União se propunha intensificar a exportação deste produto que houve quem pensasse que o pôrto de Lourenço Marques em breve se transformaria em pôrto carvoeiro.

Triste destino dum pôrto com tão largas e justificadas aspirações!

Mas a verdade é que os governantes, cedendo mais aos desejos da União do que à convicção em que estivessem de que o pôrto seria inundado com o carvão do Transvaal montaram instalações capazes de uma carga de 1.000 toneladas por hora.

E trabalho continuo o pôrto de Lourenço Marques está hoje habilitado a dar saída a mais de 7 milhões de toneladas e entretanto... nem a décima parte daquele quantitativo manipua.

Antes disso, já o pôrto havia dispendido quantiosas somas com depósitos no quilómetro 2, depósitos que nunca serviram porque os donos das minas, depois dêles construídos, descobriram que o carvão exposto ao sol perdia parte das suas qualidades, além de que podia encher-se de areias das dunas visinhas que o desvalorizavam. Enfim dinheiro perdido.

O carvão das minas do Natal é superior ao das minas de Wilhbank, e por isso é exportado em mais larga escala, saindo pelo pôrto de Durban.

Mas o carvão sul-africano quer seja o do Transvaal, quer seja o do Natal, mal pode competir ainda com o carvão inglês nos mercados do oriente. E começa a sofrer a concorrência dos próprios carvões da China e do Japão.

Mas encontrando-se as minas de carvão na zona de influência de Lourenço Marques e de Durban, são estes dois portos os que o carvão procura, porque a tarifa de transporte, extremamente baixa, não se coaduna com os artificios das tarifas applicadas aos produtos importados.

As quantidades de carvão sul-africano saídas pelos principais portos foram, no ano económico que terminou em 1935 as seguintes:

Portos	Bunkers (Ton.)	Exportação (Ton.)	Total
Lourenço Marques.....	256.831	96.088	352.919
Durban.....	754.150	978.391	1.732.541
East London.....	1.304	—	1.304
Port Elisabeth.....	4.343	—	4.343
Capetown.....	92.579	1.004	93.583
Soma.....	1.089.207	1.075.483	2.164.690

A exportação de todos os productos da União elevou-se neste ano a 4.272.500 toneladas. Assim a exportação do carvão realiza mais de 50 % da tonelagem total saída.

Aquela exportação distribuiu-se assim pelos diferentes portos:

Portos	Toneladas
Cabo.....	566.527
Port Elisabeth.....	211.592
East London.....	104.035
Durban.....	2.814.145
Lourenço Marques.....	477.622
Total.....	4.175.921

Como se vê, Durban, que era já o grande porto de importação é-o também para a exportação.

Se se tiver em atenção que há pouco mais de 60 anos as maiores autoridades em portos de mar, eram de opinião que ali se não podia fazer um porto grande, ajuizar-se-á bem do esforço dispendido pela sua laboriosa população para conseguir transformar uma lagoa, pouco mais do que um pântano, num porto de importância mundial.

De tudo se exporta mais por Durban do que por qualquer outro porto.

Para dar uma idea do que é essa exportação basta ler os seguintes números:

Portos	Toneladas
Milho.....	344.805
Assúcar.....	102.695
Cascas taninosas.....	214.161
Lã.....	80.000
Citreiras.....	49.727

Durban é hoje uma cidade muito populosa e de grande importância. As comunicações ferro-viárias com o Rand são frequentes e fáceis. A linha férrea tem sido transformada e electrificada em grandes troços e parte dela está já em via dupla.

Todos sabem que a parte oriental do Transvaal tem já um certo desenvolvimento agrícola. Mas os productos que as actividades agrícolas exportam, seguem o rumo do porto de Durban, embora êle fique muito mais distante.

É o nacionalismo económico que o exige. Logo que o producto possa suportar a tarifa de Durban ou até mesmo a do Cabo é para êsses portos que se encaminham com manifesto desprêzo do porto de Lourenço Marques e com sacrificio dos interesses da União.

Os números falam por si.

No ano em referência, o Transvaal recebeu do porto de Lourenço Marques 665.831 toneladas; e como para ali enviou somente 477.622, segue-se que deixou de ser utilizada a capacidade do transporte de 186.209 toneladas. Quere isto dizer que 18.620 wagons foram enviados vasilhos para Lourenço Marques para receberem ali a carga de importação.

Pode chamar-se a isto uma exploração económica?

É acaso alguém duvidará que os problemas económicos sejam olhados com todo o cuidado e estudados com meticoloso critério?

Isto é assim porque acima do problema económico está o problema político.

É preciso não deixar crescer Lourenço Marques. Custa tal «desideratum» sacrificio e grande?

Que importa, se as populações de Durban e de Port Elisabeth regosijam?

A União é suficientemente rica para poder sacrificar umas centenas de milhares de libras ao prazer que os portos rivais de Lourenço Marques têm de o ver pigmeu. Êle que podia e devia ser o gigante!

Lisboa, 10-V-36.

Chá Li-Cungo

Qualidade Extra-fino

Companhia da Zambézia

PORTUGAL COLONIAL

NOSTALGIA AFRICANA

Do livro do Sr. Coronel Carlos Roma Machado "Nostalgia Africana", recentemente publicado, transcrevemos alguns trechos do capítulo referente à Guerra do Transvaal na fronteira portuguesa.

O Sr. Coronel Carlos Roma Machado, ilustre colonial que uma brilhante fôlha de serviços no ultramar distingue, dá com êste seu novo trabalho uma preciosa documentação a todos os estudiosos que quizerem tomar contacto com alguns dos factos mais notáveis ocorridos nas nossas colónias nos últimos quarenta anos.

A NDAVA pelo ar um cheiro a pólvora e dinamite que trazia todos os ânimos sobressaltados. O caminho de ferro despejava diáriamente centenas de pessoas de tôdas as classes e castas, que invadiam os hotéis, as ruas e os bares, provocando por vezes desordens rapidamente apaziguadas pela policia. A cadeia regorgitava de presos, brancos quasi todos que vinham do Transvaal onde se dizia terem sido abertas ou arrombadas as portas das cadeias de Johannesburg, Pretória e Barbeton. Passava-se isto em julho de 1900.

Renhidas discussões politicas se ouviam entre os estrangeiros, abancados nos quiosques da Praça Mousinho de Albuquerque, antiga Praça Sete de Março, no restaurante Camilleri, no Wolf, ou nos outros que a circundavam. Dizia-se que Kruger e os principais do partido boer, tinham abandonado Johannesburg, e estavam em Nelspruit. O que era porém certo é que, se por um lado os africaners do sul ganhavam terreno, perdendo muita gente, os boers tinham retirado para o norte, deixando muitas famílias nas cidades e muitos mortos nas emboscadas.

O largo do Caminho de Ferro de Lourenço Marques, onde tinham estado as baracas de colmo da exposição preparatória da de Paris, abarrotava de gente, vinda do Transvaal, pela maior parte índios ou malgaches. No Mahé junto ao quartel da policia, havia um enorme acampamento idêntico, e na Matola perto do Caminho de Ferro, outro com mais de 10.000 pretos fugidos da guerra entre os quais começavam a aparecer, ainda

que levemente, alguns sintomas de peste bubónica, devida à grande acumulação.

Dizia-se que vários influentes do partido africaner tinham pôsto a preço a cabeça de Kruger, para contrabalançar o que os do partido boer tinham querido fazer a Cecil Rhodes.

Os facinoras e ladrões que o Transvaal despejava, pelo caminho de ferro, na cidade de Lourenço Marques, eram tantos, que a policia mal chegava para os capturar e levar para bordo dos navios indigitados por «particulares informers» ingleses.

Ao largo, fora da baía de Lourenço Marques e das águas portuguesas uma divisão naval inglesa protegia o pôrto contra a invasão de qualquer esquadra aliada dos boers.

Dias depois corria a noticia de que Kruger estava em Hectorspruit e que ia retirar para a Europa, entregando o govêrno a Shalk-Burguer.

Havia grande movimento e agitação no serviço do Caminho de Ferro português; não porque houvesse grande trânsito para o Transvaal, mas porque a quantidade de viajantes era enorme, e a vigilância da linha tinha de ser feita muito amittidadas vezes. Na estação do Caminho do Ferro a chegada dos combóios era muito curiosa; famílias inteiras andavam à procura das malas que tinham perdido no Transvaal, com a pressa do embarque; outras abandonando a bagagem na estação seguiam logo para bordo; os hotéis continuavam apinhados de gente e mesmo as casas particulares estavam cheias.

Aventureiras e cocotes de tôdas as classes e tôdas as côres pediam por amor de Deus aos homens que as acolhessem para não terem que dormir na rua; enfim, era um verdadeiro caos no meio do qual contudo houve sempre muito respeito pelas autoridades portuguesas.

O pessoal do Caminho de Ferro, sempre unido e correcto estava sobressaltado; na Matola, junto à ponte, um cantoneiro tinha encontrado em 20 de julho uma caixa com dinamite e outra com explosores.

Em 28 de Abril já tinha saltado um pontão da linha neerlandesa para lá da fronteira,

e tinha havido comunicação de tentativas inúteis para outras explosões. Em 1 de Agosto o chefe da via e obras encontrava junto ao pontão do Km. 86 uma caixa com dinamite e outra com explosores, estando já entalado entre os rails, pronto a explodir. As providências dos governadores geral e do distrito, e as do pessoal do Caminho de Ferro, para o policiamento da linha foram tais e tão rápidas que não houve desastre algum a lamentar.

Foi no meio desta atmosfera de tempestade política, neste momento de crise real, não só para os beligerantes, mas também para as nações como Portugal, mais vizinhas do teatro da guerra, que, na noite de 10 de Setembro de 1900, o chefe do movimento da linha neerlandesa, Steinmetz, entra de repente em casa do director do Caminho de Ferro, o ainda então tenente de Engenharia Carlos Roma Machado, acompanhado pelo administrador-secretário Monjardim Costa, dizendo-lhe que Kruger deixava a presidência, resolvendo retirar para a Europa, a pedir socorro às nações aliadas, entregando o governo a Shalk-Burguer; Kruger, estava nesse dia, em Hectospruit e desejava saber se podia entrar em Lourenço Marques. O assunto era momentoso e só o poderia resolver o Governador Geral da Província; por isso o director do Caminho de Ferro foi expor-lho. Sua Excelência, recebidas de Lisboa as respostas aos telegramas neste sentido, decidiu receber o Presidente com tôdas as honras devidas à sua propecta idade, e à posição que occupava ao entrar a fronteira, isto é, sem as honras de Presidente da República Transvaaliana.

A dificuldade da entrada do Presidente era grande, porquanto, por mais cuidado que houvesse, com a exaltação dos ânimos, era fácil haver quem num acidente propositado, o fizesse saltar pelo ar com tôda a sua comitiva. A responsabilidade era enorme para o pessoal do Caminho de Ferro, pois era indispensável que Kruger entrasse na cidade sem ser conhecido do público, especialmente dos influentes políticos estrangeiros contra êle, que podiam provocar uma desordem, muito prejudicial ao prestígio português.

Foram pelo Governador Geral o então coronel de Engenharia Joaquim José Machado dadas enérgicas ordens para com o pessoal da confiança do governo do distrito e do Caminho de Ferro combinar o serviço du-

rante essa noite; e ficou resolvido que o governador do distrito se incumbiria da policia das estações e segurança do Presidente desde a saída da Estação, e que o pessoal do Caminho de Ferro teria a seu cargo o transporte do Presidente de Ressano Garcia à cidade.

Voltando a sua casa onde Steinmetz o esperava, o director do Caminho de Ferro assim lho comunicou, combinando-se ali que o combóio que traria Kruger, chegaria a Ressano Garcia na fronteira uma hora depois do combóio ordinário e teria uma velocidade tal que pudesse chegar a Lourenço Marques apenas dois minutos depois do primeiro; que Kruguer, em vez de vir no seu salão viesse no de Steinmetz, para não despertar desconfiança.

Não se dormiu nessa noite; todo o pessoal de serviço do Caminho de Ferro trabalhou. As cinco da manhã estava organizado todo o serviço ferroviário.....

Durante o trajecto não houve novidade alguma; o combóio chegou a Lourenço Marques logo atrás do combóio correio e tomando a agulha do atêrro da Rua D. Carlos, Kruger foi apear-se diante da casa do cônsul da Holanda, Gerard Poot, donde no dia seguinte saiu a hospedar-se na residência do governador do distrito, fronteira ao edificio do Conselho Geral na Ponta Vermelha..... No dia dos seus anos uns quinze dias mais tarde e depois das terríveis cenas que adiante se descrevem passadas em Ressano Garcia, os boers refugiados em Lourenço Marques tiveram uma cerimónia comovedora. Reuniram-se uns 300 homens comandados pelo general Pienard e comandantes Mostler e Grobler, e, desfilando silenciosamente, passaram em continência, por diante da residência, onde, na varanda o Presidente os cumprimentou com a mão, tirando o seu tradicional o chapéu alto; viram-lhe luzir duas lágrimas.

O susto em que estava a Polícia para evitar qualquer tentativa de assassinato na pessoa do Presidente era enorme; os africanos ingleses que se encontravam em Lourenço Marques, anceavam por alguém que quizesse apanhar o anunciado prémio de 30.000 £., matando-o. Esperava-se a todo o momento um cruzador holandês que o conduzisse à Europa, e que, finalmente, chegou no dia 20 de Outubro, sendo recebido com uma salva

TERRAS DE PORTUGAL

II—Caldas da Rainha

POR ANTÓNIO MONTÊS

MEUS SENHORES:

DAS «Terras de Portugal», a Cidade das Caldas da Rainha, de que vamos ocupar-nos, é das mais conhecidas, das mais populares!

Deram-lhe fama as suas águas medicinais, realizando curas prodigiosas durante séculos; deram-lhe graça e simpatia as suas loiças características, espalhadas por tôda a parte; deram-lhe vida e alegria os seus mercados, opulentos e coloridos—mostruários preciosos dum dos mais belos rincões extremenhos.

Se há terra portuguesa cujo nome seja conhecido de Norte a Sul, tenha galgado fronteiras e deixado gratidão e lembrança nos que a visitam, essa terra é a cidade das Caldas da Rainha, cuja fundação está envolvida em lenda cheia de ternura, a que a bondade de uma Mulher deu especial encanto.

Falar nas Caldas da Rainha, é recordar êsse vulto inconfundível de Mulher portuguesa, que foi a Rainha D. Leonor.

Falar nas Caldas da Rainha, é lembrar o nome de José Malhóa, o mais português dos pintores de Portugal. Falar nas Caldas da Rainha, é lembrar ainda o nome de Rafael Bordalo Pinheiro, o reformador da sua cerâmica tradicional!

Quando numa tarde quente de Julho, de 1484, a Rainha D. Leonor, acompanhada da sua luzida comitiva, seguia de Óbidos para a Batalha, onde ia assistir às solenes exéquias reais por alma de D. Afonso V, topou, alguns quilómetros andados, com um espectáculo impressionante:—Um grupo de chaguentos, torcendo-se com dôres, disputava a entrada numa poça de água fumegante, procurando alívio para os seus males!

Ao ver tão estranho e horroroso espectáculo, mandou parar a comitiva. Inquiriu do que se tratava, e ao ouvir dizer que aquelas águas eram milagrosas, abandonou a liteira, e precedida pelas damas da sua câmara, quiz experimentar-las num mal incurável, que há muito a atormentava.

Consultado, Mestre Manuel António, físico-mór, descrê das virtudes das águas, e é então que a Rainha entra numa barraca, onde tantas vezes os pobres chaguentos se albergaram. Pediu um alguidar com água, e banhando o peito naquelas águas cálidas, viu cicatrizar o mal que a afligia, e que a medicina não conseguira debelar!

Dera-se o milagre—um dos mais lindos milagres de Portugal—, e para manifestar a sua gratidão por aquelas águas bemditas, fez levantar no local da cura, com o produto das

dada pela bateria de salvas de Ponta Vermelha, construída pelo autor por ordem de Mousinho de Albuquerque.

Receava-se imenso que houvesse um atentado quando êle passasse para bordo. O comandante holandês pedia que êle fôsse ao meio dia com tôdas as honras, mas pela polícia descobriram-se dois complots para o matar. O próprio cônsul Poot era de opinião que fôsse incógnito. Assim se fez. No dia 22 de Outubro, pelas 5 horas da manhã, depois

de tôdas as ruas do percurso estarem rigorosamente policiadas para lhe evitar qualquer desaire, o Presidente acompanhado pelo Governador do Distrito António José Machado, pelo seu ajudante e, esperado na Alfândega pelo respectivo Director, e Director do Caminho de Ferro, que todos o acompanharam a bordo, embarcava para a Europa no cruzador holandês «Gelderland» do comando do oficial de marinha Swerts Landus de Wybörg, largando para o mar no dia 24.

suas jóias e terras, um Hospital, à volta do qual cresceu a Vila, que mereceu a Silva Tavares estes versos:

“Quero que um grande hospital
Sirva as suas desventuras
Apressando as suas curas,
E dando alívio ao seu mal
Co’as águas *caldas* benditas!
Quero uma Vila fundar,
Para tudo perpetuar
Como em palavras escritas.
E para ligar à minha
Cura, por milagre achada,
Tal Vila será chamada
A das “Caldas da Rainha...”

Foi esse Hospital—Instituição de Assistência modelar—, dirigido pela própria Rainha, no primeiro ano da sua fundação, ficando depois na posse da Casa Real, até ao reinado de D. João III, que o entregou à jurisdição dos cônegos de S. João Evangelista, seus administradores até à extinção das Ordens Religiosas.

É um edifício de amplas proporções, que concluído em 1503, foi restaurado pelo Rei Magnânimo em 1747, talvez como reconhecimento pelos benefícios recebidos das milagrosas águas, onde tanta vez se banhou.

Foi Manuel da Maia, o notável arquitecto do Aqueduto das Águas Livres, quem dirigiu essa obra, que durante séculos tem albergado muitos milhares de doentes, vindos de todo o País e beneficiando assim da generosidade da virtuosa mulher do Príncipe Perfeito.



Rodeiam o Hospital, que hoje tem o nome da Rainha Fundadora, parques lindíssimos, onde não faltam sombras esplêndidas, que constituem grandes atractivos para a estância, onde nunca se sentem os grandes calores.

A amenidade do clima caldense, é proverbial, e dela disse Pinheiro Chagas: «Se um dia Portugal fôr feito em torresmos por um Sol de rachar, será nas Caldas da Rainha que escaparão os raros sobreviventes, destinados a levar ao futuro a notícia, de que existiu neste mundo uma raça, que se chamou portuguesa».

Antigo poiso de reis, que ali tinham o seu Palácio de verão, passaram pelas Caldas da Rainha quasi todos, que fiéis à tradição, experimentaram as suas águas de milagre.

Banham-se anualmente nas Caldas, pelo

Santo António, São João e São Pedro, muitos milhares de pessoas, que de terras distantes ali vão buscar alívios para os seus achaques. É o tradicional «Banho Santo», a que o Ribatejo acode com entusiasmo, em caravanas enormes, em busca de lenitivo para dores reumáticas, que quasi milagrosamente desaparecem, nas piscinas seculares do Hospital.



Cortada ao meio pela estrada nacional que liga Lisboa ao Porto, a cidade das Caldas da Rainha oferece a quem a visita, interessantes curiosidades, como a Igreja de Nossa Senhora do Populo, monumento nacional, com uma torre original curiosíssima, uma bela abóbada artonada, a pia baptismal de carácter gótico, azulejos hispano-árabes do século XVI, o retábulo de mármore, do século XVIII, um tríptico notável e um jogo de paramentos do século XVI, oferecidos pela Fundadora das Misericórdias,

Foi nesta Igreja, e no ano de 1504, que Gil Vicente, representou o «Auto de S. Martinho», perante a Rainha D. Leonor, disvelada protectora do Teatro Português.

Outras curiosidades possui a cidade, como a Casa da Câmara—bela construção joanina—, o chafariz das 5 bicas, os azulejos da Capela de S. Sebastião, o monumento a Rafael Bordalo Pinheiro, com um belo busto de Teixeira Lopes e o levantado a José Malhõa, com uma escultura de Costa Mota.

Recentemente, dois atractivos de grande interesse, se ergueram nas Caldas da Rainha: —O Museu José Malhõa, no qual figuram cinquenta trabalhos do glorioso pintor caldense, o mobiliário do seu «atelier», e algumas dezenas de trabalhos valiosos assinados pelos nossos mais notáveis pintores contemporâneos, e o Monumento à Rainha D. Leonor, erguido o ano passado pelos Pobres de Portugal. É um dos mais belos monumentos do nosso País, com uma magistral escultura de Francisco Franco, assente num elegante pedestal de Cristino da Silva.



Centro de turismo excepcional, têm as Caldas da Rainha à sua volta, alguns dos pontos mais visitados por Portugal, como Mafra, Peniche, Obidos, S. Martinho, Nazaré, Alcobaça,

Batalha, a Santarém e Leiria, tendo perto a encantadora praia da Foz do Arelho, que a Lagoa de Óbidos muito enriquece.

Mereceu a região caldense a Ramalho Ortigão, as seguintes palavras—elogio máximo das suas belezas: «A circunstância porém, que dá às Caldas da Rainha a sua grande superioridade, sobre todos os lugares de vilegiatura, ainda os mais afamados, como o Busaco, como o Bom Jesus de Braga, é que esta vila é o centro da mais artística, da mais pitoresca região de todo o País».

Deus enriqueceu-a com um só prodigioso, que dá primores dos mais belos. Os mercados caldenses, fartos e garridos, são quadros de indescritível exuberância a que os «saloios» dos arredores, dão inesquecível sabor.

Ali aparecem as deliciosas frutas, as afamadas hortaliças, o peixe magnífico das praias próximas, uma variedade imensa de cereais e legumes, a criação e os ovos, o pão de milho, a barraca do quinquelheiro, o marisco da Lagoa, os tremoços, as guloseimas, almudes e baldes de fôlha, as fazendas dos tendeiros, tudo isto disposto de enormes chapéus azulados; completam o quadro, cheio de côr, as moças das aldeias, sádias e alegres, vendendo os produtos daquela preciosa exposição, disputados por centenas de compradores, que se abastecem semanalmente.

Nada ali falta!

No meio daquele espectáculo portuguêsíssimo, as características loiças caldenses, cujo vidrado o Sol mais enriquece, as loiças regionais que já no tempo da Rainha D. Leonor se fabricavam, e têm sido sucessivamente aperfeiçoadas.

Das mãos dos oleiros caldenses, saíram muitas peças de loiça para o Hospital e para o Convento da Madre de Deus, fundado também pela Mulher de D. João II!

Nos princípios do século passado, alcançou nome a ceramista Maria dos Cacos, que percorrendo as nossas feiras, realizou uma grande propaganda da indústria regional, divulgando-a por tôda a parte. Alcançaram os seus produtos, ingénuos e graciosos, enorme popularidade, os quais passaram mais tarde a ser fabricados por Manuel Cipriano Gomes Mafra, um dos oleiros de maior nomeada, na história da olaria caldense.

São curiosos os trabalhos de «verguinha», executados pelas Irmãs Mafra. As peças dessa época, hoje raras, foram muito apreciadas por D. Fernando—o Rei Artista—, que ao referido

Mafra concedeu vários modelos, conseguindo lhe fôsse dada autorização, para usar na taboleta da sua loja de loiça, o cubiçado título de «Fornecedor da Casa Real».

Nos fins do século XIX, a convite de seu irmão Feliciano, que então veraneava nas Caldas, visitou a terra, Rafael Bordalo Pinheiro, membro duma dinastia de artistas a que pertenceram D. Maria Augusta Bordalo Pinheiro—que se dedicou à renovação da delicada indústria das rendas—, Manuel Maria Bordalo Pinheiro—gravador e pintor exímio—, Columbano—professor ilustre e um dos mais notáveis pintores do nosso tempo—, e Manuel Gustavo—, caricaturista de mérito e ceramista insigne!

Rafael, já conhecido como caricaturista pelas páginas admiráveis do «António Maria», dos «Pontos nos í i», e da «Paródia», duma fecundidade sem limites, tornou-se um artista popular e o mais apreciado do seu tempo!

Uma vez nas Caldas, apaixonou-se a tal ponto pela indústria local, que largou a sua querida Lisboa, entregando-se durante 20 anos à olaria!

Estudou os barros, olhou pelos fornos, cuidou das tintas, e dentro em pouco saíram das suas mãos, produtos preciosíssimos!

O caricaturista, transformou-se num apreciável oleiro, o maior que até hoje Portugal conheceu, e que foi, incontestavelmente, o impulsor, o mágico reformador da cerâmica regional das Caldas da Rainha!



Das suas mãos—verdadeiras garras de génio—, saíram, a par das deliciosíssimas miniaturas de tipos populares, as engraçadas figuras de movimento, tão portuguesas, tão nossas, como a Ama das Caldas, a Velha de Capote e Lenço, o Moço de Forcado, o Sacristão, o Janota e outras. Saiu também o «Zé Povinho», figura essencialmente extremeña, creada por Bordalo, tipo máximo do seu conhecido humorismo!

Cangirões, bilhas, paliteiros, jarras, púcaros, pratos decorativos, enormes peças para jardins, tudo Bordalo realizou com perfeição admirável, resultado dos seus conscienciosos estudos e do seu fino temperamento artístico!

Aproveitando os modelos já existentes, estudou-os, e imprimiu-lhes o seu cunho individual, sem lhes alterar o carácter tradicional e regionalista, empregando nêles a imensa va-

riedade dos produtos da flora e da fauna da região, como fôlhas de plátano, cachos de uva, magnólias, girasóis, frutas, caranguejos, peixes e outros elementos decorativos esplêndidos!

Como se não chegasse a transformação da olaria caldense, para lhe tomar o tempo, Bordalo fez Santos, e creou as chamadas «Capelas do Bussaco», com figuras cheias de expressão, e, fez mais: modelou essas duas peças equilibradas e monumentais, de extraordinária exuberância decorativa, verdadeiros desmandos da fantasia bordalina, que são a «Jarra Beethoven»—a mais bela recordação da nossa terra—, hoje no Palácio Presidencial do Brasil; e a «Talha Manuelina», a que já ouvi chamar o «padrão simbolista do Portugal de antanho»!



Reparo agora, que os minutos concedidos para esta palestra, já passaram, não permitindo que me ocupe das guloseimas caldenses, verdadeiros manjares celestes, como as trouxas de ovos, os queijinhos do céu, as lampreias, as castanhas e as tradicionais «Cava-

cas das Caldas», vendidas em delicadas canastrinhas, constituindo a mais bela recordação dessa terra bemdita, que nascida dum milagre, parece ter herdado a graça da figura airosa dessa Mulher notável que foi a Rainha D. Leonor—Fundadora das Caldas e das Misericórdias de Portugal.

• • • • •

Henrique Galvão

Por ter sido nomeado Inspector Superior de Administração Colonial deixou a direcção da *Portugal Colonial* o sr. capitão Henrique Galvão.

Só por dever de cargo abandonou a revista que há seis anos fundou e que durante seis anos se tem publicado sem interrupção.

Confiados na promessa do sr. Henrique Galvão de colaborar assiduamente na *Portugal Colonial* assumimos a direcção da casa onde desde o princípio exercemos as funções de administrador, esperando fazê-la prosseguir na sua carreira e mantê-la digna do passado que já tem.

ANGOLA



Viaduto do Caminho de Ferro de Benguela

Povoamento Colonial

(Esbôço)

POR A. DA FONTE-DO-SOUTO

PARECE voltar a preocupar as atenções de quem governa, a emigração para as nossas colónias. Louvável preocupação; e, permita Deus que se vá mais além, no campo das realizações, do que se tem ido, e que os resultados que se obtenham sejam mais lisonjeiros e satisfatórios do que os até agora—neste campo de acção—obtidos. Quem vir as coisas pelo seu lado prático e útil, não pode pretender que o problema da emigração nas nossas colónias seja resolvido num ápice e de ânimo leve. Ele exige trabalho, ponderação e até persuasão. Trabalho, na organização da emigração e na preparação das condições locais nas regiões onde ela se ha-de fixar; ponderação, na escolha dos emigrantes e nos locais onde êles se devem estabelecer; persuasão, pela acção no ânimo dos emigrantes para, levando-os ao cumprimento «voluntário» das suas obrigações, assim os convencer de que pelo próprio trabalho—e só por êle—devem procurar ganhar o pão nosso de cada dia, não se devendo considerar como subsidiados permanentes do Estado.

Há tempos—em Agosto de 1935—fui chamado por um Ministro para lhe expôr, de uma forma sucinta, as linhas gerais em que eu assentaria um plano de emigração em Angola e Moçambique, se me fôsse confiado o encargo, pesado bem o analisei, de «dirigir, de uma maneira completa» essa emigração. E digo: dirigir de uma maneira completa, porque a acção que teria de exercer far-se-ia sentir na própria colónia, onde aquela entidade queria—e bem—que eu permanecesse; isto é, acompanharia de uma maneira directa o emigrante até êle estar já bem adaptado ao meio local onde se ia estabelecer.

O plano era para 60 casais—30 em cada colónia—escolhidos, de preferência, entre os desempregados.

O pessoal que acompanharia cada núcleo de emigrantes seria, além do director, um

construtor civil, um enfermeiro e um regente agrícola. A primitiva idea de quem me chamou era: em vez do construtor civil, um engenheiro; e, em vez do enfermeiro, um médico. Como, além doutros motivos, eu queria atender à economia, falei na substituição e fui em princípio,—pois tudo ficou em princípio—atendido.

Eu entendia que se precisasse da aplicação de pensos num colono que se ferisse; duma série de injecções ou qualquer outro tratamento que exigisse uma certa assistência de enfermagem, o médico não quererá prestar essa enfermagem e ninguém lho poderia levar a mal. Além disso, havia que contar com os indígenas, que se empregassem no serviço dos emigrantes, e de outros que estivessem estabelecidos nas proximidades do núcleo, a quem era preciso prestar assistência clínica, por caridade cristã, por vantagens económicas e até para uma boa política indígena. Para êles haveria que montar uma pequena enfermaria onde se lhes pudesse prestar aquela assistência necessária, e que não têm nas suas palhotas. Seria o médico a entidade a quem se confiaria a assistência na enfermaria? Decerto, não.

Perguntar-me-ão: e então o enfermeiro substituiria o médico? Hoje, nas nossas colónias africanas, há médicos espalhados por várias regiões; têm boas estradas e automóveis para se transportarem; se se contratasse um destes médicos, o que ficasse mais próximo do núcleo de emigrantes, por um tanto por cada visita que fizesse ao núcleo, fixando o número de visitas a fazer por cada semana, decerto que qualquer desejaria êsse contrato. Assim, teríamos médico certo e em certos dias, e, além destes, em qualquer outro em que motivo imperioso reclamasse a sua comparência. Desta sorte teríamos médico e enfermeiro—pode-se dizer—permanentes e talvez ficasse mais económico do que se houvesse médico privativo para o núcleo.

O que nessa altura disse a quem me chamou, e, que eu suponho tem um certo cunho de exequibilidade, e é prático, foi o que a seguir vai escrito.

Ligeiro esboço sobre povoamento

Localização

Não nos preocupa, por ora, a questão sob o ponto de vista político. Encaramo-la unicamente debaixo do ponto de vista que nos interessa: meio ambiente mais propício à criação do meio emigratório, e, conseqüentemente, maior facilidade de fixação para o colono. Quer se trate de Moçambique, ou de Angola, o local escolhido para a instalação da «colónia de povoamento», terá de obedecer às seguintes condições:

a)—ser região onde o europeu se possa fixar sem grande prejuízo para a sua saúde, tendo em linha de conta que ele vai para lá *traballar a terra*; para isso se deve procurar clima de altitude, ou então terá de, a par com as obras que se torne necessário fazer para um melhor rendimento agrícola, proceder-se a obras de saneamento, compatíveis com a verba destinada, que modifiquem as condições de salubridade da região escolhida;

b)—região onde se possa fazer cultura de regadio, com ou sem obras de hidráulica agrícola, obras estas que, como é óbvio, não podem nem devem ser grandiosas;

c)—como as culturas que se vão fazer são, na sua maior parte hortícolas e pomícolas, deve a região escolhida ficar próxima dos centros de fácil consumo desses produtos, o que equivale a dizer que tem de ficar junto dos grandes centros de população, de portos de mar onde se veja probabilidades de reabastecimento de frescos pelos navios que por eles façam escala, não se devendo esquecer as facilidades de comunicação quer pelo carril quer pelas estradas;

d)—como há necessidade de materiais para construção, e outras obras, há que procurar, por economia, facilidades de aproveitamento dos recursos locais até ao limite máximo desse aproveitamento;

e)—não se devem esquecer também, na escolha da região, os terrenos livres, (embora este caso seja assunto que se pode, em parte e de harmonia com o regime de «concessão de terras» vigente na colónia, resolver

desde que haja boa vontade da parte das autoridades superiores da colónia) nem a necessidade que há para instalação da «colónia de povoamento», do aproveitamento da mão de obra local.

Estas e outras condições a que tem de obedecer o local destinado ao povoamento, terão de ser estudadas *in loco*.

Obras a realizar

DEMARCAÇÃO DOS TALHÕES; CONSTRUÇÃO DAS CASAS DE HABITAÇÃO E DEPENDÊNCIAS; OBRAS DE SANEAMENTO E HIDRÁULICA AGRÍCOLA.

Demarcação dos talhões; talvez seja possível interessar nisso a colónia, visto que o povoamento é feito sem encargo algum para ela, sendo de algumas centenas de contos a verba que nela se vai empregar, verba que redundará em aumento da sua riqueza. A área destes talhões, variará com as condições de produção do terreno, não se podendo, por isso, fixar números. Contudo, como é terreno para ser trabalhado pelo casal, embora auxiliado por alguns trabalhadores indígenas —3 ou 4—, como há, talvez, que contar com a rotação de culturas para evitar o empobrecimento do terreno, poderemos fixar os limites entre 10 e 15 hectares por casal? É claro que para pascigo, etc., se pode destinar terreno próximo, mas que se não deve distribuir; ele fíeará sendo considerado *bem communal*, podendo mais tarde, se as necessidades de expansão da colónia de povoamento o exigirem, dividir-se em talhões para instalação de novos *povoadores*.

Construção de casas e dependências: A casa será construída com simplicidade, o que não exclue, a higiene e o agrado à vista. Cinco divisões—cozinha, casa de jantar que será ao mesmo tempo casa de estar, casa de banho e dois quartos—e fossa séptica, constituirão a moradia propriamente dita. Junto à moradia construir-se-ão as dependências: estábulo—quando se tornar necessário—galinheiros, coelheira e pombal, bem como as instalações necessárias para o estabelecimento de colmeias. Não se pode esquecer que dos produtos provenientes da: avicultura, cunicultura, apicultura, etc., tira um casal agrícola bem orientado, receitas que em muito contribuem para o bem-estar moral e material dos seus componentes. A mulher deve ser afastada dos trabalhos agrícolas; a ela é desti-

nado o, não menos importante papel de *dona de casa*. Quando houver filhos, ela será aquela que maiores responsabilidades terá na sua preparação moral, e até, dentro de certas normas, na sua robustez física. Fica-lhe por isso bastante com que se entreter nos seus trabalhos a dentro do lar onde ela terá que prender—e não afastar—o marido. Contudo destina-se-lhe o papel, que embora auxiliar não é dos menos importantes, de contribuir também para as receitas do casal com a venda de: ovos, galinhas, coelhos, mel, cêra, etc. Se se vir que é vantajosa a engorda ou a criação de suínos, pocilgas serão preparadas para a sua instalação.

Quanto ao tipo de casas, êle será tanto quanto possível o tipo português, com as modificações que as exigências do clima possam reclamar. Junto de cada casa deslinar-seá um bocado de terreno a jardim que ficará a cargo da dona da casa e, mais tarde, dos filhos. Estimular-se-á a jardinagem, como—entre outros fins—meio de ir habituando a criança ao trabalho da terra, donde ela poderá tirar proveitos materiais. É questão de saber e querer bem orientar.

Obras de saneamento e hidráulica agrícola: Já falámos em fossa séptica. Há que procurar promover um fácil abastecimento de água potável. Quanto à higienização do local, serão feitas as obras que êle exigir e de harmonia com o que as boas regras indicam.

Pelo que respeita a *hidráulica agrícola*, far-se-á com um mínimo de dispêndio, aquilo que as condições locais indicarem de modo a conseguir-se *irrigação económica*.

Colonos

Quem fôr chamado a orientar e estabelecer a colónia de «povoamento» tem de ter qualidades de energia e bom senso que o levem a ser um fiel de balança para os atritos que surjam dentro da colónia, para remover os escolhos que se hão-de levantar—de todos os lados—no caminho que tem de seguir para alcançar o fim desejado. Êle não se pode alheiar de um espírito de persuasão que o leve a conseguir—nunca pela coacção—aquilo que se proprõe. E quem fôr indicado a constituir a colónia? É talvez, um dos pontos mais melindrosos da questão: a escolha do «colono-povoador».

Êle deverá ser:

I—homem habituado ao trabalho agrícola;

II—robusto de corpo e alma;

III—De bons costumes, no sentido genérico do termo;

IV—novo (nunca mais de 30 anos, menos se possível for).

Devem os colons ser escolhidos de preferência entre os que sabem ler. Convinha seguirem grupos de casaís tirados da mesma região e, possivelmente, organizarem-se grupos de famílias entre as quais—dentro de cada grupo, é claro,—já houvesse relações de amizade. A saúdade da mãipátria é factor com que há a contar, principalmente nos primeiros tempos de fixação, e se houver com quem desabafar a mágua, que a distância aumenta, da separação da terra natal, se houver quem conheça o Joaquim da Custódia e a Maria da Mónica como nós conhecemos, o espírito desoprime-se e socega, se dêes falar-mos como falaríamos no adro da nossa igreja à saída da missa conventual.

Haverá preferência para quem empregue algum capital.

Despezas

É difícil fixar verbas, sobretudo quando para essa fixação influem muitos elementos que só o conhecimento dos recursos locais nos pode esclarecer. Neste caso há que contar com: *custo de materiais para as obras*—êsse custo depende, como já dissemos, das facilidades que o local escolhido nos proporciona; *mão de obra para construção e sutiaba*—é consequência também das condições locais; *transportes*—dependem das distâncias e facilidades de comunicação; *aquisição de alfaias agrícolas e animais* para abastecer, ou antes, fornecer aos colonos.

Há também a contar com a alimentação dos colonos, *pelo menos* durante o primeiro ano ou primeiros dezóito meses em que nada, ou pouco, poderão colher, etc. Por isso, não se pode fixar qualquer verba de uma maneira rigorosa. Seria utopia fixarem-se, como limites máximos, 100 e 150 contos por casal, conforme se tratasse de Angola ou Moçambique?



E desta maneira resumimos aquilo que sobre o assunto pensamos.

Claro está que o que atrás fica se pode, e deve, considerar como um esqueleto sôbre o qual há que empregar a argamassa para formar o edifício. Esse edifício seria construído, se quem me quíz ouvir me incumbisse de pôr em execução o seu desejo, que era enviar para as colónias casaís de colonos que da terra tirassem o suficiente para sua manutença, podendo, mas só mais tarde (e se mostrassem terem «asas» para vôos mais largos) tornarem-se grandes proprietários.

O ministro deixou o govêrno, e o plano não passou do que aí fica e que hoje vê a publicidade com o fito de ver se alguma das muitas competências, que no nosso país parece existirem, em assuntos coloniais, quere cumprir comigo—principiante e dos mais atrasados—com a obra de misericórdia que aos ignorantes se aplica.

Lisboa, Maio de 1936.

Actividade Económica de Angola

Seguindo o exemplo do Govêrno Geral de Moçambique, tomou o Govêrno Geral de Angola a iniciativa duma publicação trimestral de luxo «Actividade Económica de Angola»—revista de estudos económicos, propaganda e divulgação.

As mesmas palavras entusiásticas com que acolhemos a publicação de Moçambique são

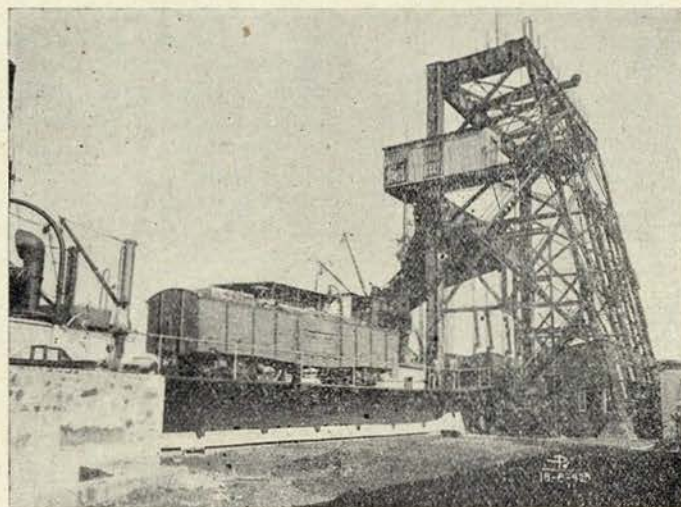
de aplicar a esta realização do Govêrno Geral de Angola: Gráfica e literariamente perfeita, valiosíssima pelos elementos que fornece.

E se gráficamente—a-pesar-do luxo sóbrio e elegante com que se apresenta—fica àquem da magnífica publicação que há um ano nos vem dando a colónia de Moçambique, sob o ponto de vista do valor do texto parece-nos ainda mais bem ordenada e de maior interesse.

A forma como são tratados os assuntos que constituem êste número é, sem favor, notável e honrosíssimo para os seus colaboradores.

Destacamos os artigos de Fernando Mouta sôbre os carvões betuminosos e o de Augusto de Almeida Campos sôbre Produção—êste, quanto a nós, o melhor trabalho dêste número e um dos mais lúcidos que temos lido em publicações portuguesas do género.

Sumário: «Actividade Económica de Angola» Palavras prévias, por *A. Vitor Marques*. «Indústria do Frio» por *Fredetico Bagnos Sequeira*. «Os carvões betuminosos» por *Fernando Mouta*. «Plantas texteis» por *Manuel Nunes Farinha*. «Produção e Comércio de Café» por *José Bento Alves*. «Conservas de Peixe» por *Carlos Baptista Carneiro*. «Possíveis mercados no Continente Africano para a Produção de Angola» por *António Napoleão V. de Sousa*. «Produção» por *Augusto de Almeida Campos*.



MOÇAMBIQUE

Pôrto e Caminho de Ferro de Lourenço Marques

QUESTÕES ETNOGRÁFICAS

DOS

Indígenas da nossa África

Continuação do número anterior

II

Virgindade, castidade, poligamia e ciúme

TRATAREI à parte de virgindade, castidade, poligamia e ciúme porque na essência do sentimento amoroso e para a maior parte dos indígenas não entram estes factores sequer como acessórios.

De uma maneira geral não rendem culto a Hymeneu. Assim se encontra o amor livre entre solteiros, pequenas que se entregam para render e velhos que de muito bom grado recebem a noiva carregada de filhos das mãs desvaíradas procedências. Alguns praticam a desvirginização artificial.

Em alguns pontos a desvirginização chega até a ser uma necessidade imperiosa que obriga os rapazes que tiverem irmãs a conhecê-las antes de qualquer outra mulher.

Entre outros a virgindade é ainda mais apreciada pois além da indemnização exigem a exprobação em público da seduzida. Em geral a primeira mulher deve ser virgem.

☑

Costumam guardar castidade pela gravidez da mulher, ambos os cônjuges e as viúvas durante o luto.

☑

A poligamia pode dizer-se geral, pois só existem excepções onde os dotes são exorbitantes ou entre povos originários de raças não indígenas. Traz consideração social e proveito material.

Tem-se pretendido pôr còbro a este cos-

tume criando ou aumentando o imposto de palhota, pois que os indígenas têm tantas habitações quantas as mulheres. Alguns têm adoptado a concentração destas na mesma casa.

☑

Certamente se têm verificado casos de esporádico ciúme. Mas a maioria conserva-se muito acima dêsse preconceito aceitando ou mesmo provocando o adultério de suas mulheres com pessoas abastadas para depois exigirem a respectiva indemnização. Alguns oferecem vinho de palma que significa o desejo de que o presenteado conheça a prometida do presenteante. De uma forma geral perdoam os amores ilícitos pré-matrimoniais e em tôdas as circunstâncias durante certas cerimónias como veremos. Mas nem em tôda a parte a mulher goza destas liberdades; casos há em que o marido se reserva o direito de escolher aquele que há-de *ser o pai de seus filhos*. Outros exigem absoluta fidelidade.

¿Que diremos acêrca de ciúme da parte das mulheres de povos polígamos?

III

A circuncisão

¿Porque existe e se propaga a circuncisão?

A razão primária pode ter sido a convicção da parte dos povos que adoptam de que ela favorece ou mesmo é indispensável ao desenvolvimento ou aperfeiçoamento do indivíduo ou da raça.

Considerando que até há pouco tal prática se limitava aos chefes parece que visava o indivíduo. Mas a sua generalização indica que é o desenvolvimento ou aperfeiçoamento da raça que pretendem.

Como, porém, não é a lógica que preside à elaboração dos costumes dos povos incultos, mas sim a credice, melhor caminharemos para a verdade supondo esta a origem da circuncisão. Realmente esta hipótese explica os dois casos. Em primeiro lugar por ser a autoridade uma ramificação do poder sobrenatural e depois pela necessidade de colocar todos os indivíduos sob as graças dêsse poder. Tanto mais que o desenvolvimento dêsse costume parece coincidir com a propagação do islamismo.

Aliás se fôsse de ordem médica o motivo só seriam circuncidados os indivíduos em idade de procriar e sê-lo-iam sempre antes de poderem fazê-lo, no caso de se preocuparem com a raça e numa idade determinada e única se as suas atenções se voltassem para o indivíduo. Em qualquer dos casos sujeitariam a esta prática ambos os sexos e todos os indivíduos. Mas é o contrário que se verifica. A circuncisão das fêmeas é mais rara, entre alguns povos só os muçulmanizados se circuncidam e aquela operação realiza-se aos quatro anos, dos seis aos oito, dos oito aos catorze, dos dez aos dezóito e em qualquer idade antes ou depois de casados na altura em que a cerimónia se realizar (de vinte em vinte anos), conforme os povos.

¿Será a iniciação num partido político-radical ou religioso?

Não me parece de aceitar a existência de tal organização. No entanto é interessante notar que não admitem perguntas sôbre esta praxe e o auxílio que mutuamente se prestam os membros da mesma circuncisão. Também a coincidência já apontada do simultâneo alastramento dêste costume e da religião muçulmana, parece favorecer a viabilidade da segunda hipótese.

Seja qual fôr a sua origem e significado essencial o facto é que preparam os iniciados para a vida habituando-os à fome, à sede

e aos tormentos, ensinando-lhes ofícios, dando-lhes conselhos para a sua conduta individual e colectiva, tudo isto através de uma das suas mais importantes cerimónias.

A circuncisão serve para legitimar o casamento ou reconhecer a maioridade. Alguns obrigam-se ao trabalho regular depois de circuncisados. As mulheres preferem os operados.

Seria interessante, para penetrar o espírito desta cerimónia: conhecer as razões da atitude dos iniciados à volta para a sua aldeia após a estadia no êrmo onde aquela se realizou. Enquanto uns voltam soberbos maltratando as mulheres e os incircuncisados, outros regressam humildes e chorosos conservando-se mudos até ao dia seguinte pelo que vão cumprimentando as suas visitas por intermédio de uma campainha, ou mudos e humildes se conservam até às próximas sementeiras.

Uma característica comum se verifica nesta cerimónia embora em ocasiões diferentes. Antes, imediatamente depois ou passados tempos da sua realização há rija festa que compreende comer, beber e dançar como tôdas e ainda desenfreada libertinagem que nestas ocasiões não é passiva de castigos ou reparos.

Parece-nos deve ser banido êste costume que causa cinco a dez por cento de vítimas, deixando muitos mutilados.

(Continua)

MOÇAMBIQUE



Arte gentílica



Página literária

NESTA semana abençoada que foi de 19 a 26 de Abril, dedicada às comemorações das Bodas de Prata do brilhante Sacerdócio de Sua Eminência o Senhor Cardial Patriarca de Lisboa, e, à dos nossos maiores feitos coloniais, uma alta penetração das grandes directrizes dos destinos da Pátria, fundiu num único grupo todos os portugueses.

É tão grande a Figura Sublime do Senhor Dom Manuel Gonçalves Cerejeira, tão belo o Espírito do Chefe desvelado da nossa Igreja Católica, tão querido dos pobres e dos ricos, que, por mais que vão sendo os fiéis cabem sempre todos à sua volta.

Em tórno da sua aparição nunca há sombra; antes esplende sempre o sol mais radioso.

As suas palavras,—notabilíssimas modalidades literárias e filosóficas— são as de Jesus:

«... o que quizer ser o primeiro entre Vós, será o servo de todos.

«Porque também o Filho do homem não veio para ser servido, mas para servir e para

“Da semana abençoada”

(Aos Portugueses de além-mar)

POR

BERTA LEITE

«dar a sua vida em redenção por muitos» (1).

Muitos são os que o seguem, quasi todos os que o escutam, e, todos os que o admiram.

No meio de tantas solenidades interessantes, e, de festas cuja elevação está na alma de cada um e no pensamento de todos,

gardei com recolhimento a frase dum dos mais lindos agradecimentos de Sua Eminência por ser para quem a não pôde ouvir:

«O meu coração está também com os que «não puderam vir aqui...»

Portugueses e fiéis de além-mar, meus irmãos em Nosso Senhor, na alma, e na raça cuja soberana presença foi àquela hora quasi visível pela Vitória da lembrança sobre o esquecimento, transmito-vos estas palavras como a Bênção do Nosso Pai Espiritual.

Filhos de Deus como nós e da nossa querida Pátria respondi a esta Bênção continuando a mostrar ao mundo inteiro o mais nobre e mais formoso sinal da Humanidade civilizada—a Cruz de Cristo.

Abril de 1936.

(1) Evang. S. Marcos.

DA IMPRENSA

IMPRENSA ESTRAN- GEIRA

T R A N S

A Alemanha, com a sua obstinação, tem obtido quasi tudo quanto tem reclamado desde a assinatura do "Diktat" de Versailles. A questão colonial vai-se encontrar agora à frente das suas novas exigências.

Pelo artigo 119.º do Tratado de Versailles a Alemanha, renunciou a todos os direitos e títulos sobre as possessões de além-mar.

Economicamente, como veremos, o seu domínio exterior não lhe fez falta.

Mas a posse das colónias é um símbolo para os alemães.

É um princípio na realização dum sonho acalentado: a constituição dum vasto império germânico mundial.

□

O Conselho Supremo dos Aliados, confiou a tutoria das antigas colónias alemãs à Inglaterra e aos seus Domínios, à França, à Bélgica e ao Japão.

A Alemanha perdeu:

Em África: 1.º—O Togo, dividido entre a França e Grã-Bretanha, superfície total, 87.200 km², habitantes, 1.005.000. 2.º—O Camerão, dividido entre a França e a Grã-Bretanha, superfície, 799.000 km², habitantes, 2.770.000. 3.º—O Sul-Oeste Africano, sob mandato inglês, superfície, 835.000 km², habitantes, 227.000. 4.º—A África Oriental Alemã, o Tanganika, sob mandato inglês, superfície, 946.000 km², habitantes, 4.107.000. Na Ásia e na Oceania: 5.º—Uma parte da Nova Guiné e as ilhas do Arquipélago Bismark, sob mandato inglês, responsabilidade da Austrália, superfície, 236.000 km², habitantes, 250.000. 6.º—As ilhas do Arquipélago Marshall, sob mandato japonês. 7.º—As ilhas Carolinas (perto de 500) sob mandato japonês. 8.º—As ilhas Marianas, sob mandato japonês. 9.º—As ilhas Samoa, sob mandato inglês, responsabilidade da Austrália.

Essas ilhas têm uma superfície de 5.650 km², pouco mais ou menos, e uma população de perto de 150.000 habitantes.

Perdeu ainda, o benefício que tinha nalgumas concessões na China. Enfim, as possessões africanas alemãs do Urundi e de Ruanda foram entregues à Bélgica.

A superfície, em 1914, do Império Colonial Alemão, elevava-se a 2 milhões 620 km². A parte que coube à Inglaterra e aos seus Domínios, na repartição das colónias alemãs, foi a mais importante: 2 milhões 140 km².

A Itália, não participou da distribuição das colónias alemãs. Mas, a Inglaterra e a França, depois do Tratado de Versailles, deram-lhe do seu próprio património, na África, territórios importantes pela aplicação do acôrdo efectuado em Londres, em 1915.

Mandatos «definitivos»

Este facto prova duma forma categórica, que os mandatos sobre as antigas possessões alemãs, são definitivos. Os japoneses tinham-lo já demonstrado retirando-se de Génova e conservando o seu mandato sobre as antigas colónias alemãs do Pacífico, ao norte do Equador. Pelo seu lado Sir Austin Chamberlain, lembrou enérgicamente na Câmara dos Comuns, a 2 de Maio p. p. a Sir John Simon, — então secretário de Estado nos Negócios Estrangeiros —, que parecia ter afirmado, que os mandatos dependiam de Génova. "Os mandatos foram atribuídos pelas Potências, em Versailles. Os ter-

ritórios sob mandato, foram seguidamente colocado sobre a tutela da Liga. Nunca se previu nem pretendeu, que a S. D. N., tivesse o poder de transferir um mandato dum país para outro.,"

Lembram-se que o golpe foi rude. Sir John Simon, teve de responder: "Dei a entender da forma mais clara que uma transferência de mandato não podia ser objecto de nenhuma discussão.,"

Esta tese é a da França. Deve continuar mesmo no caso em que um dos países mandatários venha a transgredi-lo. Deve continuar visto que as nossas cessions territoriais à Itália na região do Rhat e do Ghadames, mais recentemente na Líbia e na Costa Francesa da Somália, só foram feitas, por virtude do acôrdo de Londres em 1915, acôrdo pelo qual recebemos definitivamente, uma parte do Togo e uma parte do Camerão.

(Continua na página 22).

PORTUGAL COLONIAL

COLONIAL

CREVE-SE

IMPRENSA PORTU- GUESA

COM o carregamento de 650 bois angolanos chegados no "Cubango", animou, durante a semana finda, o comércio nos talhos da capital, que vêm sofrendo grandes prejuizos em virtude de nesta quadra considerada tradicionalmente de "escassez", os fornecimentos feitos pela Comissão de Abastecimentos, muitos dias, excederam essa própria "escassez", pois não iam além de 8 ou 10 reses para os 500 postos de venda disseminados por Lisboa.

Os leitores inferem do que fica escrito que afinal, para nós portugueses, a questão das carnes é problema parelho do ovo de Colombo. Mas não é assim, como vamos ver: As vezes, no nosso País, as coisas simples emperram sem se saber porque e não há forças humanas que as consentem. Felizmente há sempre um pára-raios que suporta as descargas de ira, aliás desculpáveis, do que sofrem prejuizos com estas unomalias: o vendedor do pelouro que se não existisse era preciso inventá-lo para não derruir todo o edificio municipal.

Ora a verdade manda que se diga que as culpas lhe não cabem, pelo menos desta vez, na fome de carnes que os munícipes vêm supportando, como propalou a União de Comerciantes de Carnes Verdes em nota officiosa.

Talvez até que, muito ao contrário, essa mesma União seja muito mais responsável...

É incontestável que temos em Angola e Moçambique carne em quantidade mais que suficiente para as necessidades da Metrópole, onde a lavoura, sobretudo depois do incremento dado à cultura cerealífera, não pode ou não quere fazer bovinicultura.

E como Angola e Moçambique são portuguesas, ainda que isto custe a quem deseja mandar vir carnes da Argentina ou do Brasil, não-de ter a preferência como fornecedoras.

Não nos falta carne nas colónias e tudo nos aconselha a não levantar entraves aos criadores de gado de além-mar, sobretudo no presente momento histórico, em que se fala demasiado na "redistribuição das matérias primas.,"

O ano passado vieram de Angola cerca de 7.500 bois que não ficaram por comer, prova evidente de não serem em número excessivo. Porém, a lavoura levantou protestos afirmando que uma importação de carnes deste volume era a ruína da bovinicultura metropolitana. Por seu

turno os donos de talhos, sem se saber porque declaram alto e bom som que "antes preferiam não ter carne e ter bois de Angola.,"

Como conciliar os interesses da lavoura com os dos consumidores de Lisboa e com os dos criadores de gado de Angola? Naturalmente estudando uma plataforma, que consistia na redução das importações de gado de Angola para 5.600 cabeças e na obrigação imposta aos carregadores (para o que se limitou o número destes de só carregarem bois gordos. Isto fez a câmara. Desta forma, à lavoura metropolitana competia *provar* que tinha bois, oferecendo-o ao consumo, e os talhos não teriam que queixar-se se passassem alguns dias sem carne, porque,

segundo muitos marchantes, esses mal seria menor do que o de ter carne de Angola!

Porém a lavoura, que tanto gritou contra a concorrência, afastada esta, não cumpriu, e os donos dos talhos foram vítimas da sua própria campanha de descrédito, aliás infundada, porque a carne de gado colonial é melhor do que a dos "bovinos envelhecidos a trabalhar e a produzir leite e crias.," (expressão do

prof. Miranda do Vale) que pelo geral são levados ao matadouro.

Não pensemos, pelo menos durante alguns anos, em ter na Metrópole bois em quantidade suficiente, muito menos enquanto cada peseta custar 35\$10. Se, por virtude de qualquer cataclismo, o escudo dobrasse de valor, poderíamos até, como há uns bons 60 anos, ser exportadores de bois. A Espanha foi sempre, antes da possibilidade de importarmos bois de terras longínquas, a nossa abastecedora em épocas de escassez; quando a falta de gado fazia subir o preço das carnes no mercado interno, a fronteira tornava-se muito transitável.

Agora derivamos para as nossas colónias o dinheiro que mandamos primeiro para o outro lado da fronteira e mais modernamente para a Argentina e para Marrocos. Que mal vai nisso?

Pois às vezes, quando pensamos nos entraves que se têm levantado à importação desse gado, chegamo-nos a convencer que é algum crime auxiliar a bovinicultura colonial. Vão em breve acabar as reses vindas do "Cubango.,"

Porque falta a carne em Lisboa?

Da "Província de Angola.,"

PORTUGAL COLONIAL

Seria possível mandar vir de Angola, mensalmente, mais umas 600 a 1.000 cabeças, que não seriam demasiadas porque, no dizer da União dos Comerciantes, "o número de reses abatidas não chega sequer para satisfazer a décima parte do consumo diário". O próprio vereador do pelouro já o reconheceu autorizando, nos termos do contrato que oportunamente foi comunicado ao Conselho de Tarifas, a carregar o "Ganda", que deve estar de regresso a Lisboa ainda antes de acabar a falta de carne. Isso não tem até hoje sido possível, porém, porque o Conselho de Tarifas o não consente. E sabe o leitor porque? Porque o "Ganda", tem que trazer milho!

Pelo que temos lido, o milho não faz cá falta nenhuma. Estão a abarrotar de milho os armazéns da Alfândega. Além disso, se faltasse milho, sobejava trigo, e tratando-se de compras feitas pelo estrangeiro, se não tivessemos barcos nossos poderíamos autorizar os outros a irem buscar esse milho directamente às colónias. O que nos falta é carne. Pois virá milho, porque o Conselho assim o determinou a-pesar-dos pedidos da Câmara, dos protestos dos carregadores e dos prejuízos que tal deliberação acarreta aos criadores, que têm ali alguns milhares de bois gordos para embarque em riscos de se perderem.

Diz-se que o Conselho tem falta de barcos, mas o "Congo", está no Tejo a servir de pontão e a Sociedade Geral de Transportes está proibida de carregar bois coloniais.

Há falta de carne bovina em Lisboa? O preço do carneiro e do porco têm aumentado até quasi ao dobro do valor atribuído à carne bovina de Angola? Estão todos os dias a descarregar-se em Lisboa toneladas e toneladas de carne congelada estrangeira com grave prejuízo para o fomento da bovinicultura metropolitana ou colónia? Isso que importa?

(DA "SEMANA AGRÍCOLA").

O problema colonial sobre o plano internacional

(Continuação da página 20)

História das reivindicações alemãs

O movimento colonial ao qual assistimos hoje para além do Reno, principiou logo nos primeiros dias que seguiram aos da guerra.

Os colonialistas alemães são pouco numerosos. Em 1914, não iam além de 24.000 nas colónias germânicas. Mais em 1925, sob o impulso dos seus chefes, juntaram-se em sociedades, grupos amigáveis, fraternais, etc., etc., nas quais, introduziram metropolitanos. Essas sociedades constituíram excelentes quadros de propaganda e uma boa armadura para a acção.

Na mesma época, o Dr. Schnee, criou no Reichstag uma associação colonial: A "Interfraktionelle Kolonial Vereinigung". Reünia os deputados de todos os partidos. Esse velho partido tinha por fim a restituição das antigas possessões alemãs. Junto dele, o novo partido colonial combatia a ruidosa vozzeria dos detentores do penacho tropical e dos sonhos locos de conquista universal. O partido novo preconizava uma política menos prestigiosa, embora mais substancial. Julgava, que o Reich, não podia dar-se ao luxo de possuir colónias e aconselhava limitar-se a colonização económica das colónias das outras potências.

Altas personalidades, como o Dr. Schadt, afirmaram que para um país tão povoado, tão industrializado como a Alemanha, é impossível manter uma actividade económica normal, uma moeda sã, sem possuir colónias.

Esta proposição devia ter sido demonstrada. Mr. Schadt, teve o cuidado de o não fazer. Preferiu expor sob que forma considerava possível o retorno da actividade colonial germânica. Preconizou a criação de grandes sociedades de empresas coloniais privadas e privilegiadas, uma espécie de "Chartered Company", que gozariam de direitos muito extensos, sem ferir portanto nenhum prestígio político.

Esta sugestão provocou uma polémica violentíssima. Colocava o problema num terreno económico e apresentava um interesse prático. Esta tese, embora vantajosa, não impediu que os nacionalistas a combatassem em altos gritos. "O que nós precisamos, disseram eles e ao qual temos direitos, a-pesar-do Tratado de Versailles, são as nossas colónias onde cada uma possa mexer-se e trabalhar com liberdade, nos limites traçados pelas leis, sem ter de suportar, a tutela duma sociedade dum género ou doutro".

O general von Liebert, que exerceu um alto comando nas colónias alemãs sustentava igualmente, que o Reich deveria recuperar a todo o transe as suas colónias. O meio mais simples, disse ele, é alterar os impérios coloniais existentes, "Pode-se, declarou, encontrar aliados nas raças de cor que a guerra exasperou, no movimento prático importantíssimo que nasceu na América e que tem por lema: A África, para os africanos, — enfim na grande agitação amarela".

Depois, sem subterfúgios, sem cuidar disfarçar o seu pensamento, propõe como princípio, fomentar inteligentemente um movimento que faça rolar a vaga chinesa, pelo sul, por cima da fronteira francesa, a-fim-de-submergir as províncias de Tonkin, de Annam e da Cochinchina.

Este estado de espírito é também o duma maioria que faz da questão colonial, uma questão de prestígio.

Por outro lado, existem muitos alemães que receiam sempre que o seu país se deixe hipnotizar por uma questão que julgam secundária. Sabem que o comércio colonial alemão em 1913, representava 110 milhões de marcos sobre um total de 20 milhões para o comércio exterior alemão, seja, apenas meio por cento e para isso o comércio entre a concessão a prazo de Kiao-Tcheou e a Alemanha, representava por si só, os dois terços do comércio do Reich com as suas colónias; as colónias alemãs, contavam menos de 24.000 alemães em 1914 e que certas regiões alemãs como o Meklembourg-Strelitz (36 habitantes ao Km²) estão pouco povoadas e mereceriam ser colonizadas.

Em 1932, em Berlim, nas sessões do Congresso 50.º da Liga Colonial Alemã, pela primeira vez, um membro do governo, o chanceler von Papen, sublinhou que a luta continuaria inexoravelmente para conseguir a reabilitação colonial da Alemanha.

Lembram-se com certeza, tanto barulho fez então, do golpe teatral na Conferência Mundial de Londres em 1933, quando M. Hugenberg depoz o seu memorandum, que dizia: 1.º — da restituição à Alemanha das suas antigas possessões africanas (convem assinalar o que é particularmente significativo, não se faz alusão às colónias alemãs do Pacífico); 2.º — A abertura "a uma nação sem espaço", de territórios onde possa estabelecer a sua raça industrial.

Enfim, foram as declarações nítidas e concretas do Führer e de M. Goebbels, em 1935 e 1936.

Este último, num dos seus discursos, desenvolve largamente o tema duma necessidade para a Alemanha, de

possuir terras Além-Mar e terminou proclamando que "o momento chegará em que exigiremos as nossas colónias."

Os dirigentes do 3.º Reich, tomam certamente, os seus desejos por realidades. Não conseguiram eles inspirar-se no plano de redistribuição de terras africanas do professor Ulrich Noack da Universidade de Francfort, para estabelecer um mapa do novo Império Colonial Alemão? Não tendo sofrido até hoje, nenhum fracasso no plano diplomático e internacional, podem imaginar, que, quando apresentem a questão colonial, as suas propostas, serão adoptadas.

Matérias primas e mercados

Sir Samoel Hoare, do cimo da tribuna da S. D. N., sugeria em 11 de Setembro de 1935, melhorar as relações internacionais, examinar o problema da redistribuição de matérias primas coloniais, dos mercados comerciais e conceder facilidades de emigração às nações sobrepuoadas.

Diante do perigo alemão, os trabalhistas na Câmara, a 5 de Fevereiro, foram mais longe. Propuseram, reunir em Génova uma conferência mundial que procederá à repartição das matérias primas.

O Governo inglês, abriu um inquérito sobre esse problema. Não se conhecem ainda os resultados. Mas, sejam eles quais forem, é claro que a realização dessa ideia encontrará obstáculos insuperáveis. Basta reflectir alguns minutos sobre esta questão para se estar convencido. A possessão económica exige a possessão política. De contrário, no estado actual dos espiritos é um mito.

Temos vários exemplos diante dos olhos. Esta tese foi admitida para impedir o conflito italo-etíope e acalmar as reivindicações coloniais da Alemanha e do Japão.

Ora, umas semanas depois do aparecimento desta nova concepção as armas italianas invadiram a Etiópia, as tropas japonesas continuaram o seu avanço na China do Norte, Hitler afirmava que a Alemanha nunca renunciaria às suas colónias e Mr. Goebbels, declarava que "na altura própria o III Reich, saberia reclamar a restituição das antigas possessões alemãs."

A Alemanha, o Japão e a Itália, não querem vantagens demográficas e económicas—*querem as terras*.

Nenhuma potência colonial,—o Império britânico à frente,—está disposto a meter-se na engrenagem infernal da redistribuição dos mandatos ou das colónias mesmo sob o tão falado pretexto de consolidar provisoriamente a paz, pois é evidente que este processo provocaria alterações políticas e sociais importantíssimas.

Os verdadeiros fins da Alemanha

Ninguém pretendeu que a restituição ao Reich, das suas colónias, constituiria "uma válvula," para a necessidade de expansão da sua população. Que absurdo! Já o dissemos.—Em 1914, só 24.000 alemães residiam nas suas colónias e sobre este número reduzido poucos eram os que tinham residência fixa. Antes da guerra, os alemães emigravam sobretudo, para os Estados Unidos, Brasil e Argentina. Por outro lado, as antigas colónias alemãs, como a África, salvo na parte Norte e Sul, não são terras de povoamento. A colonização europeia em África, por esta razão, não teve um desenvolvimento extraordinário. A população europeia da África, eleva-se a 3 milhões e meio.—Sem esquecer que essa maioria de população, exactamente 90 % encontra-se concentrada na União Sul-Africana—que conta 2 milhões de habitantes—e na África do Norte: Marrocos, Alger, Tunísia, que acusa 1.022.000.

Em todo o resto do imenso território africano, vivem unicamente 300.000 europeus.

A Alemanha persegue a restituição das suas colónias, para apagar uma nova cláusula de Versailles.

Desmantelando a nossa África Continental,—cuja configuração definitiva devemos defender enérgicamente— a Alemanha sabe que feriria o poder mesmo da França. Estamos particularmente, ao corrente, da linha singular de vigilância das nossas possessões africanas, vigilância que a Alemanha estabeleceu com meticuloso cuidado, do sul da Europa, ao longo da costa do Atlântico.

Ora, não se pode negar, o nosso país é poderoso e forte pela colaboração do seu prolongamento africano. É a razão que nos impõe guardar intacta esta Nova França já poderosa que criámos e pela organização da qual, nos franceses, nunca acharemos bastantes todos os sacrifícios.

Como os outros vizinhos da Alemanha na Europa, aprendemos a apreciá-la à nossa custa. Em África, não a temos mais ao nosso lado. Vamos ser tão imprevidentes, a ponto de a instalar na frente mais rica do nosso Oeste Africano? Não o acreditamos e a opinião pública francesa não o aceitará.

Se a Alemanha tivesse sido vitoriosa

Se a Alemanha tivesse ganho a guerra, teria constituído um grande Império Africano. A MittelÁfrica. É-nos permitido perguntar se as populações do centro da África teriam sido mais felizes sob o jugo dos racistas hitlerianos do que sob a tutela cuidadosa da Inglaterra, da França, da Bélgica e de Portugal. Considerando novamente o plano alemão que felizmente fracassou, não posso deixar de pensar neste trecho seguinte da história do Santo Império, de Frederico von Giesebncht, escrito antes da guerra: "A dominação mundial pertencerá à Alemanha porque a Alemanha é a Nação de elite, é uma raça nobre destinada a dominar os seres menos dotados e mais fracos que a rodeiam..." O estado de espírito dos alemães, não mudou!..

Há na Inglaterra ideólogos que aceitariam essas reivindicações. Lloyd George chegou até a declarar, que a paz não reinaria no mundo enquanto a questão dos mandatos coloniais, não seja revista, e concluiu a sua intervenção, aconselhando a Génova a retirar territórios sobre mandato, às Nações que os possuem para os confiar a povos "novos..."

Além disso, o esperto político, se não é de opinião de ceder seja o que for daquilo que pertence à Inglaterra, ao Império Britânico, julga no entanto que a Bélgica, a Holanda e Portugal—nessa lista a França não foi mencionada, mas como observa o "Morning Post", tinha provavelmente na imaginação uma repartição do império colonial francês—, são favorecidas de mais em dependências longínquas, enquanto que a Alemanha nada tem, e que a Itália, praticamente, se encontra no mesmo caso. Essas palavras injustas admiram-nos muito. A liberal Inglaterra não nos tinha habituado a concepções tão democráticas...

Posição da Inglaterra

Sob uma aparência fraca neste momento, a Inglaterra não está disposta a ceder seja o que for à Alemanha. Porque o Império Britânico absorve, adquire, mas não entrega nunca. Nós, franceses, sabemos alguma coisa a esse respeito (Canadá, Mariane, Índia, etc., etc.).

Ademais, o Império Britânico participa à Metrópole que se oporia a toda a cessão. Em Tukuya, os colonos

inglês, representando as colónias do Este-Africano, não fizeram ver à Inglaterra que resistiriam até pela força antes de restituírem o Tanganyika? A mesma coisa acontecerá com o grande Domínio Britânico da União Sul-Africana, com respeito ao sul-oeste do continente prêto.

O ministro dos Negócios Estrangeiros da Austrália, temendo também uma remilitarização dos territórios sob mandato no Pacífico, se tornavam a ser alemães, acaba de declarar que é absolutamente hóstil à ideia dessas ilhas voltarem para o Reich.

Os japoneses afirmam que a questão das antigas colónias alemãs, nem a encaram sequer. A Alemanha, que quere manter com êles as melhores relações dêste mundo, renunciou a reivindicar a totalidade ou parte dos seus seus antigos territórios colocados sob mandato no Japão.

Mr. Van Zeeland, presidente do Conselho da Bélgica, afirmou com energia que uma amputação no seu território africano, será considerada como uma ferida no solo da mãe pátria.

A França, nunca se prestará a atender os apelos feitos pela Alemanha nesse sentido. Repetimo-lo mais uma vez. E não por razões vitais, mas sim unicamente de prestígio.

Uma cooperação cada vez mais estreita deve existir entre as potências coloniais para valorisarem as suas possessões e melhorarem a existência das suas populações.

Que solução propor ?

Que solução propor a Alemanha em matéria de expansão ?

Olhando para traz, somos obrigados a reconhecer que a influência ocidental no Extremo-Oriente, sofreu um golpe rude quando em 1914, nossos aliados os japoneses, livraram Tsing-Tao aos alemães. Já nove anos antes, em 1905, os japoneses venceram os russos em Tsouhima.

Para manter o prestígio no Pacífico, só ficam os Estados Unidos, a Inglaterra, a França e a Holanda.

Ora, a Alemanha não ocupava um território colonial em Kiao-Tchéu, mas sim, uma concessão a prazo, tal como a Inglaterra em Wei-Hei-Wei, e a França, em Kouang-Tchéou. O Reich podia fazer uma obra interessante nesta parte da China: ofereciam certos mercados à indústria e ao comércio, até nas províncias vizinhas. As potências ocidentais, veriam certamente duma forma favorável, a obtenção dum acôrdo da Alemanha com o Japão e a China, tendo em vista a restituição da concessão do Kiao-Tchéu e das vantagens para os seus engenheiros, médicos e técnicos, que tanta falta fazem à grande república amarela.

A Alemanha mantém as melhores relações com o Japão. Sem querer pretender que o Império do Sol Nascente, esteja disposto a dar à Alemanha os arquipélagos do Pacífico que esta ocupava dantes, pode-se supor que

o Japão consentiria voluntariamente, a que a Alemanha retome a sua influência, na China. O prestígio do Ocidente, ressurgiria de novo no Extremo-Oriente. . . Oferecemos esta sugestão à meditação e ao cuidado de Mr. Goebels e aos chefes do Partido Colonial do Reich.

J. CARDE.

Governador Geral Honorário
das Colónias.

“La Volunté Chinoise”

Sob a epígrafe «Os Portugueses em Macau» o nosso prezado camarada *La Volunté Chinoise*, diário importante de Hanoi (Indochina francesa), transcreve o noticiário da *Portugal Colonial* que se refere à nossa colónia do extremo oriente, em tradução correctíssima do ilustre jornalista e Director do *Colm Français* o nosso camarada Henri Tizard.

Agradecendo a distinção aproveitamos a oportunidade para chamar a atenção dos nossos leitores para o magnífico artigo de fundo que *La Volunté Chinoise* publica no seu número de 18 de Março sob o título «La pagaye».

LOTARIAS

Os Cambistas

Campião & C.^a

têm sempre à venda
bilhetes e suas fracções
para tôdas as lotarias

116, RUA DO AMPARO
LISBOA

MYLART

A mais económica
e resistente

DISTRIBUIDORES:

NO SUL:

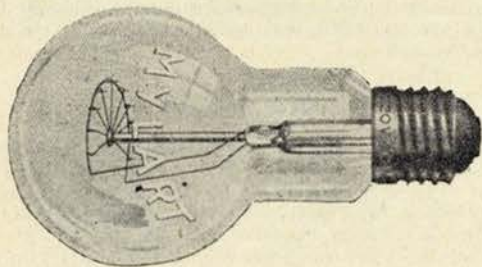
EMPRESA COMERCIAL MYLART

Calçada de Santos, 19

NO NORTE:

SOSA, VALENTE & C.^a, LTDA

R. Sá da Bandeira, 116



110

estranheiro

Os acontecimentos da Abissínia e os indígenas do Congo.

Na sessão realizada a 3 de Abril no Conselho Colonial, o Ministro das Colónias, poz em foco, certos boatos que correram com respeito à emoção "dum grande número de pretos acerca luta dos etíopes e italianos".

Quanto aos acontecimentos na Abissínia, o procurador geral de Kalanga acrescenta que a imensa maioria dos indígenas das duas províncias que constituem o resorte da sua circunscrição geral, ignoram-os por completo. Apenas só alguns funcionários, se interessam ainda que sem paixão.

Pelo seu lado, o governador geral, escreveu, que para certos espiritos o conflito italo-etíope, representava uma repercussão sobre a mentalidade dos aborígenes da nossa colónia. As autoridades locais, não registaram porém, qualquer princípio de movimento pan-africano dirigido contra o europeu, pois, se um acontecimento dêsse se desse, como um princípio de ódio contra a nossa ocupação, os relatórios dos nossos missionários o acusariam, e não são factos destes que podem passar despercebidos.

Um prêto, representante diplomático dos Estados Unidos.

É um "coloured man" (homem de côr) Mr. Lester Walton, quem o governo de Washington acaba de nomear ministro plenipotenciário junto do presidente da República da Libéria. Será pois, um prêto quem representará aos olhos dos outros pretos, o país onde os seus irmãos de raça, são submetidos a um regimen, muita vez humilhante. Mr. Lester Walton, que foi um distinto jornalista durante muito tempo, é um prêto muito culto, cuja competência se estende, tanto aos assuntos da Libéria como aos dos Estados Unidos.

A valorização económica da África Oriental

A revista "Il Comercio Italo-Africano", órgão da Câmara de Comércio Colonial Italiana em Roma, publica um artigo, onde depois de mostrar a unidade geográfica e económica da África Oriental, dividida actualmente na África Oriental Italiana (Eritreia e Somália) e na Etiópia, conclue que essa unidade deve ser igualmente realizada no plano político e administrativo: o futuro da Etiópia será,—conforme a opinião dessa revista,—a sua transformação na Atrica Oriental Italiana.

A mesma revista anuncia a fundação de várias sociedades coloniais, para a valorização da África Oriental:— A Asmara (Eriteia) Società Coloniale Lavori Africani com um capital de um milhão de liras; em Génova, a Sociedade Industrial e Comercial da África Oriental; em Roma, a Sociedade dos Cimentos da África Oriental, com um capital de 2 milhões de liras; em Milão, a Sociedade Comercial Italiana para Indústria Africana; em Asmara, a Sociedade Industrial Colonial Italiana, com um capital de um milhão de liras.

Fornecimento de materiais destinados a redes de esgoto

A Câmara Municipal da cidade da Praia, abriu um concurso para fornecimento de materiais destinados à rede de esgotos da mesma cidade. A relação dos mesmos materiais: sifões, tubos de grés, uniões, sanitárias, autoclismos, torneiras de passagem, etc., vem publicada com as condições do dito concurso, no "Boletim Oficial", da colónia n.º 12, de Março último. As propostas são recebidas na secretaria do mesmo município até Junho próximo do corrente ano.

ABERTURA DE CRÉDITOS NA GUINÉ

Foram mandados abrir os seguintes créditos: de 396\$00 para o Hospital Colonial de Lisboa (tratamento de militares dos extintos quadros coloniais); de 3.000\$00 para fim semelhante; de 2.012080 atribuída à Secretaria Internacional da União Postal—quota parte que cabe à Guiné.

MARCA

REGISTADA

Emprêsa do Calçado Atlas, L.^{da}

Fábrica e Escritórios:

RUA HERÓIS DE CHAVES, 624 E 640
PORTO

Telefones: 2768 e 2769

Telegramas: ATLAS

A mais importante Fábrica do País.
Apetrechada para uma produção
diária de 1.500 pares pelos sistemas
mais aperfeiçoados

26 DEPÓSITOS DE VENDAS

em Lisboa, Pôrto, Coimbra, Braga, Vizeu, Aveiro, Vila Real, V. do Castelo, Espinho, Matosinhos, Madeira e Açores

Agências em Luanda e Lourenço Marques

INFORMAÇÕES DO MUNDO COLONIAL

Crónica do mês *A Agonia da S. D. N.*

A hora a que escrevemos os jornais aparecem encimados por grandes parangonas: «Vai reunir o Conselho da S. D. N.». No fundo nem a imprensa nem as nações já se interessam por ela. Sentem que o mal não tem cura e que por falta de soluções mais piedosas, a S. D. N. só tem na sua frente uma solução: Liquidar. Ela própria já o teria reconhecido se, vítima dos seus processos de adiamento, não tivesse a tendência habitual de adiar também a sua morte.

Criada para defender a paz entre os seus associados—isto é, a paz no mundo—não só se revelou impotente para a manter sempre que o vento de guerra soprou, como também complicou as cousas de tal forma que é lícito perguntar-se hoje: *¿ Não teria havido mais sossego sem a S. D. N.? ¿ Não se teriam certos problemas resolvido mais facilmente e por meios mais pacíficos, sem a intervenção de Genebra?*

Todos nos recordamos de quantas complicações foi erigida a política colonial por aquele célebre B. I. T. da S. D. N.

Todos nos lembramos do ambiente que encontraram em Genebra certas grandes intrigas internacionais.

Todos temos na memória os seus tremendos fracassos sempre que foi chamada a resolver questões entre potências.

Hoje, na hora da sua agonia, quando ainda em Genebra se reúnem, por costume, por hábito, por falta doutra fórmula, delegados das nações que descreem absolutamente não só das suas virtudes como também da sua saúde—recordando os seus vinte anos de existência, o mundo colonial que a vê finir-se sem saídas, não sabe se ela foi uma barreira que conteve os ardores belicosos das potências—se foi antes o plano inclinado por onde tôdas escorregaram para mais depressa se encontrarem nos campos de batalha.

Não sabe... mas crê que ela foi realmente um plano inclinado.

H. G.

Notas do mês

Cabo Verde

Continua sendo publicada com regularidade a estatística desta colónia, tendo sido agora distribuído o boletim dos Serviços de Estatística com os elementos sobre rendimentos dos serviços aduaneiros (comércio externo e navegação) compreendendo o segundo trimestre de 1935.

• Por intermédio da Repartição Central dos Serviços de Fazenda, o Governo de Cabo Verde abriu um

crédito especial para pagamento de 1.798\$20 à Secretaria Internacional da União Postal, débito da colónia referente ao ano de 1932.

• Foi determinado que somente sejam encarregados do serviço de observações nos postos meteorológicos do arquipélago de Cabo Verde os professores primários, quando na localidade não haja outra entidade oficial competente para os executar.

• O entreposto colonial de Lisboa recebeu do arquipélago de Cabo Verde, no primeiro trimestre do corrente ano, 24.520 quilos de peixe preparado, 1.835 quilos de frutas, 112 de forragens, 4.804 de café, 3 de feijão,

1.062 de peles e as seguintes sementes e frutos oleaginosos: 333.334 quilos de purgueira, 162.727 de colza e 2.310 de coconote. (Elementos compilados do boletim do I. N. E.)

Com o fundamento de que o abastecimento do arquipélago está garantido a preço acessível a toda a população, o governo desta colónia proibiu a importação do milho, exceptuando qualquer quantidade que siga em viagem de qualquer destino.

Guiné

O governo desta colónia mandou pôr à disposição da Missão Católica de Cacheu (sucursal) a escola primária, mixta, que ali funciona, com todo o material escolar e pedagógico nela existente, ficando a sua conservação à responsabilidade das Missões.

Os exportadores de arroz estão dispostos, dada a insignificante cotação obtida na Metrópole para o arroz da Guiné a promover a sua venda na colónia, embora, com dificuldade, os mercados regionais consumam a produção. Esta resolução que agravará a já preocupante falta de cambiais, e portanto, o problema das transferências, só se modificará quando o Grémio dos importadores e distribuidores do arroz na Metrópole atribua preço compensador a este produto nacional.

Foi determinado, em portaria, que o imposto de capitação, criado para os indígenas da circunscrição civil dos Bijagoz, seja extensivo aos da área do comando militar de Canhabaque e Escravos, como castigo a "actos de desobediência e rebeldia", praticados contra a soberania portuguesa.

Vai ser dotada com iluminação eléctrica a vila de Farim, por virtude da cedência dum grupo eléctrico da circunscrição civil de Bafatá. O governo da colónia determinou que sejam aumentadas de 50 por cento as taxas de licenças comerciais e o imposto de portagem cobrado na circunscrição, compreendendo todo o movimento de carga e descarga de embarcações e ainda as mercadorias transportadas em camiões—para obter-se a importância destinada ao pagamento do material cedido e cobrir as despesas de montagem do citado melhoramento urbano.

Foi oficializado, na Guiné, o intercâmbio epistolar entre os alunos matriculados nas escolas primárias e os das escolas de Portugal continental e insular. A determinação enviada a todas as escolas foi acompanhada dum sumário dos assuntos sobre que deve versar a correspondência.

Para evitar que os indígenas continuem a eximir-se ao pagamento dos seus impostos, abandonando as povoações e refugiando-se dentro de propriedades e concessões, o governo desta colónia, invocando estas razões, determinou numa portaria a proibição, aos proprietários, concessionários, arrendatários ou seus representantes de admitir ou conservar ao serviço quaisquer indígenas que não provem, previamente, estar em dia com as suas contribuições. A contravenção implica uma multa correspondente ao dobro do imposto e adicionais, que será atribuída aos proprietários.

S. Tomé e Príncipe

Vai ser pôsto em execução o novo plano de farolagem na colónia de S. Tomé e Príncipe.

Segundo comunicação recebida de S. Tomé, está ali tomando grande desenvolvimento a indústria da pesca, indústria que está sendo protegida pelas autoridades locais.

No primeiro trimestre do ano corrente, esta colónia enviou para o entreposto colonial de Lisboa 530.496

quilos de coconote, 187.922 quilos de copra, 552 de ricino, 245 de gergelim e 185.876 de óleo de palma.

As remessas de café e cacau são representadas, respectivamente, por 38.777 quilos e 104.425.

Neste período enviou também para a Metrópole 51.488 quilos de frutas. (Elementos compilados do Boletim do I. N. E.).

Angola

Em Luanda foi constituído um club de turismo que ficou denominado: Automóvel Club e Turing Club de Angola. Presidiu à sessão, em que se apreciou o projecto dos estatutos, o sr. coronel Brandão de Melo, e o "Automóvel Club de Portugal", foi representado pelo seu delegado em Luanda sr. dr. Mário de Gusmão Madeira.

O Quartel General da colónia recomendou a todos os oficiais residentes ou prestando serviço em Angola, que comuniquem àquele o seu paradeiro ou mudança de residência, sob pena de rigoroso castigo disciplinar.

Vão ser reorganizados todos os serviços de polícia da colónia de Angola, que serão dirigidos por um magistrado, entre eles o de investigação criminal.

Também como complemento deste organismo vai ser criado um outro de grande importância para a colónia que se denominará Instituto de Medicina Legal, com sede em Luanda. Será um dos departamentos dos serviços médico-forenses da colónia.

Para a polícia de investigação criminal será criado um curso de polícia técnica.

Foi resolvido tributar cada cabeça de gado de Angola, que seja exportada para as Canárias, em 20,00 Angolares, quando embarcada em navios nacionais e em 30,00 quando em navios estrangeiros.

Aos agricultores europeus e indígenas de Angola, foram distribuídas centenas de toneladas de sementes seleccionadas de algodão, a fim de se intensificar a sua cultura. Também foram distribuídas em larga escala, sementes de milho, trigo e arroz.

Em vista do bom acolhimento que teve a 1.^a exposição provincial de Benguela e os resultados lisonjeiros que dela se obtiveram vão organizar-se nas principais regiões da colónia de Angola exposições de todos os produtos agrícolas, industriais e mineiros, da colónia, assim como de produtos de Metrópole, intensificando-se deste modo a sua propaganda.

Vão ser reorganizados os serviços de viação de Angola, criando-se um serviço de fiscalização para a camionagem. Esta reorganização tem por fim evitar quanto possível que o tráfego dos caminhos de ferro seja desviado para a camionagem.

Foi celebrado um contrato entre o governador de Angola e o sr. Isaac Fernandes de Oliveira para a construção dum pavilhão para alienados em Luanda.

Foi fixado em 1 centavo o imposto de exportação a cobrar nas alfândegas de Angola, sobre farinha e óleos de peixe, para manutenção do laboratório já existente em Mossâmedes, e de outro a criar em Benguela.

Assumiu as funções de inspector dos Serviços de Assistência Médica aos Indígenas e Combate à Doença do Sono, cumulativamente com o cargo de chefe da Repartição Central de Saúde e Higiene, o médico há muito ao serviço da colónia, sr. dr. João Lopes da Cruz.

O governo de Angola foi autorizado a fixar os portes abaixo indicados para as correspondências postais a expedir da mesma colónia para os países aderentes à Convenção Postal e Telegráfica Pan-Americana:

Cartas, primeiro porte, \$80; porte subsequente, \$50;

bilhetes postais, \$50; manuscritos, impressos e amostras, cada 50 grs. \$15.

• A maior parte das metralhadoras enviadas para Angola, foram distribuídas às companhias indígenas, nomeadamente à que está aquartelada no Bailundo.

• A Associação do Comércio e Indústria de Luanda inaugurou nas suas salas um retrato do seu antigo Presidente Adolfo Pina, falecido vai para um ano, jornalista dos mais proficientes e que exerceu a sua actividade na colónia, por largo tempo, prestando inesquecíveis serviços, nomeadamente no campo económico.

A cerimónia ofereceu oportunidade para alguns amigos, componentes da colectividade, recordarem com saudade a figura moral e intelectual dum autêntico valor perdido.

• A Junta de Defesa da Produção e do Comércio de Angola resolveu promover a publicação gratuita de folhetos de propaganda, devendo em breve ser editado um sobre farinha de peixe e outros sobre o comércio de café na União Sul Africana e sudoeste africano.

• A Companhia do Caminho de Ferro de Benguela tem já concluído o ante-projecto para a construção duma estação definitiva na cidade do Lobito, cabeça da grande linha férrea que atravessa a colónia até á fronteira leste.

Trata-se dum edificio moderno, que pretende ter associados outros dois—o dos "Correios e Telégrafos," e o destinado ao Município local, numa praça cuja urbanização no projecto foi também prevista.

• Está em projecto a criação, especialmente nas capitais das outras províncias de Angola, de instituições idênticas à de Luanda, denominadas "Casa dos Pobres," a-fim-de albergarem os indigentes, acabando tanto quanto possível com a mendicidade nelas existente. Vão também ser abertas escolas e oficinas, nas mesmas províncias para crianças pobres.

• Foi aprovada a proposta para serem construídas nas sedes das companhias indígenas em Angola, carreira de tiro para instrução das respectivas praças.

• O milho que se encontrava há tempo armazenado nos armazéns do cais de Angola tem sido em grande quantidade expedido para o estrangeiro.

• Vão ser reorganizados os serviços de instrução pública de Angola.

• A Companhia de Diamantes de Angola realizou, com resultados satisfatórios, experiências no Dundo, Lunda, para comunicações pela telefonia sem fios entre a sede e as minas em exploração.

• O Governo Geral de Angola expediu uma circular às entidades oficiais da colónia recomendando o fornecimento de fotografias ao Secretariado de Propaganda Nacional. Igual recomendação foi expedida a algumas empresas e firmas que exercem a sua actividade em Angola.

• Em Nova Lisboa vai ser construído um teatro, para alojar 600 espectadores, com camarotes e um palco de 10 metros de fundo por 14 de largo.

• Segundo uma nota fornecida à imprensa pela Repartição dos Serviços de Instrução Pública de Angola, soube-se que o número de alunos inscritos nas escolas primárias oficiais de Luanda foi de 928.

• De Angola tem sido exportadas grandes quantidades de café que se encontravam armazenadas no cais de embarque, colocação que segundo nos consta, tem sido feita em boas condições.

• O governo criou uma Comissão de Estética Cívica, para funcionar junto da Câmara Municipal de Luanda.

• Foi determinado que passem ao regime civil as

circunscrições da Bibala e os postos da Lucira, Baido, Capangombe e Chituto, todos da Província de Huila.

• A região do Ambrissete exportou agora pela primeira vez 50 fardos de algodão, com cerca de 14 toneladas, colhido nos seus arredores, por indígenas e europeus.

• Segundo comunicação recebida de Angola, chegou já a Vila Luso (província do Bié) a água da vala de irrigação que foi aberta, tirada do rio Luena, numa extensão de 18 quilómetros.

• Vai ser promulgado o novo Código de Estradas em Angola.

• Foi concedida licença à empresa Hvalfangstelskapet "Hangar," com sede em Oslo (Noruega), para exercer, na costa marítima de Angola, a pesca da baleia, utilizando uma estação flutuante, composta de um navio-fábrica e de quatro vapores baleeiros.

• Deve ser aberto brevemente concurso para professores dos liceus de Luanda e de Huila, (Angola).

• O governador propoz a nomeação de professores interinos ou provisórios visto a enorme frequência dos mesmos liceus no actual ano lectivo obrigando ao desdobramento das respectivas turmas.

Moçambique

Notícias recebidas de Moçambique dizem não haver notícia de no Norte da colónia terem sido presentidos gafanhotos este ano, o que traz os agricultores satisfeitos. Nos distritos de Inhambane e Lourenço Marques têm aparecido saltões dispersos, embora em menor quantidade do que nos anos anteriores. Atribue-se esta mutação da situação ao combate, que se generalizou em toda a colónia, tendo sido destruídos algumas centenas de focos de saltões, tendo contribuído também as condições do tempo pouco propício à maturação dos ovos.

• Tanto o Hospital Central de Lourenço Marques como o Liceu de "5 de Outubro," vão sofrer importantes obras de ampliação.

As dêsse estabelecimento de ensino destinam-se a uma melhor instalação das alunas, constituindo-se uma "secção feminina."

• A Companhia Beira Work's Lt.^a pediu autorização ao Governo, para verter as suas obrigações em outras a uma taxa de juro inferior a 7 por cento.

• Na conferência anti-acridiana que deve ter lugar ainda este mês no Cairo, esta colónia é representada pelo sr. engenheiro agrónomo Alvaro Cardoso, chefe da Divisão de Entomologia dos Serviços de Agricultura.

• Para uso exclusivo dos indígenas, foi reservada uma área de 82.500 hectares em Mutiquine, terras do régulo Tulua, circunscrição civil de Memba, na província do Niassa, ficando todavia reservados quaisquer direitos de particulares, já existentes neste terreno, à data desta determinação.

• Para dar maior desenvolvimento à assistência agrícola aos indígenas na província da Zambézia, foi instalado um posto agrícola na propriedade rural que pertence à Junta de Crédito Agrícola, em Vila Ivone, na margem esquerda do rio Licungo, em frente à confluência do rio Lugela, com a designação de "Posto Agrícola de Mocuba."

• O Governo de Moçambique aprovou os estatutos do "Núcleo de Arte da Colónia de Moçambique," com sede em Lourenço Marques.

• Destinada à indústria e comércio de sisal, sua cultura, fabrico, compra e venda e exportação da colónia de Moçambique para o estrangeiro, fundou-se em Marunga, área do posto administrativo de Meluge, con-

celho de Pôrto Amélia (Cabo Delgado) a "Sociedade Marunga, Lt.ª", com o capital de 50 000 escudos.

• Chegaram já à colónia as moedas metálicas destinadas a substituir parte das notas do Banco Ultramarino que estão em circulação na colónia na importância de 5.000 contos.

• No território da Companhia de Moçambique entrou em vigor o regulamento para a liquidação e cobrança da Contribuição do registo, aprovado por decreto de 19 de Julho de 1902.

• A Associação dos Proprietários de Lourenço Marques tomou a deliberação de promover uma série de conferências, proferidas por individualidades de categorizada posição social, no sentido de divulgar planos e assuntos que se prendem com o desenvolvimento cívico, zona e conselho de turismo. Será aproveitado o posto emissor local para as radiodifusão e à imprensa é solicitado o concurso da sua divulgação.

• O paquete "Llandoverly Castles", deveria ter embarcado no pôrto de Lourenço Marques 350 caixas de "grape-fruits", (torangas) destinadas a Inglaterra. Supomos constituir, o carregamento, a primeira remessa desta época da fruta da região, tão apreciada na Europa.

• Segundo comunicação de Moçambique, está ali tomando grande desenvolvimento a indústria lacteína, cujos produtos são exportados em larga escala.

• A Casa da Metrópole de Lourenço Marques está a realizar um inquérito comercial destinado a pôr o Governo da Metrópole ao facto da situação das actividades locais, e informar as associações comerciais e industriais de Portugal de determinados factos que interessam à intensificação do intercâmbio comercial entre Moçambique e a Metrópole.

• A Direcção dos Caminhos de Ferro de Lourenço Marques propoz ao Ministro das Colónias que os serviços da sua secção de saúde sejam desempenhados por médico contratado.

• O Governo de Moçambique também mandou distribuir aos indígenas das várias regiões da colónia, sementes seleccionadas de algodão, arroz, milho e trigo, a fim de os mesmos desenvolverem aquela cultura.

Pela direcção dos serviços agrícolas da colónia foram adquiridas bastantes charruas e moínhos de farinhas para serem distribuídos como prémios aos indígenas que mais se distinguirem nas referidas culturas.

O referido governo nomeou algumas brigadas técnicas de agricultura para orientarem os cultivadores, nas respectivas culturas, escolhendo de preferência as mais prometedoras da colónia.

• Em Maquinino (território de Manica e Sofala) foi inaugurado um edifício escolar, que tem duas salas e ginásio, assistindo ao acto o sr. almirante Magalhães Correia, governador da Companhia de Moçambique.

• No território da Companhia de Moçambique funcionam 84 estabelecimentos de ensino, assim distribuídos:

Beira, 7; Buzi, 6; Chimoi, 10; Chilvane, 2; Marromeu, 7; Manica, 25; Govurub, 7; Mossurize, 4; Sofala, 7; Senã, 7; Chemba, 1; Cheringoma, 1; Gorongoza, 2.

Parte destas escolas são mixtas, havendo-as para o sexo masculino exclusivamente; outras são de artes e ofícios. Na Beira funciona uma escola nocturna, onde é ministrada instrução a 947 adultos.

Ente as centenas de alunos que frequentam as escolas do território, registam-se 37 europeus do sexo masculino, 45 do sexo feminino e 151 brancos de ambos os sexos nascidos em África. Os restantes alunos são asiáticos, mestiços e pretos.

Índia

Foi proposta a extinção dos postos do registo civil de Gogolá e Bunxivará, devendo ser agregada a sua área à repartição do registo civil de Diu.

• Vão ser reorganizados os serviços de saúde no Estado da Índia.

• Vai ser apreciado pelo governo central a proposta da nova reforma do ensino secundário no Estado da Índia.

• Vão ser reorganizados os serviços fluviais no Estado da Índia, em harmonia com a proposta feita pelo encarregado do Governo da mesma colónia.

• Vai ser regulada a reforma de pagamento da pensão mandada abonar à Rainha do Sudem, Índia.

• Foram mandadas instalar caixas regionais nos seguintes Patelados do concelho de Nagar-Aveli: Carchonde, Randa, Sindonim, Quilaunim e Cadoli.

Macau

Vai ser publicado o regulamento das indústrias eléctricas em Macau.

• O Leal Senado de Macau convidou a companhia concessionária da iluminação pública da cidade a nomear um delegado, para conjuntamente com ele, estudar uma revisão do contrato em vigor.

• Por notícias recebidas de Macau, sabe-se que a Santa Casa da Misericórdia, de piedosas tradições, atravessa um período de preocupante crise financeira, não obstante ter feito importantes reduções nos seus habituais encargos. A direcção está no propósito de vender alguns móveis e o carro automóvel funerário.

• Iniciou o seu funcionamento a escola nocturna gratuita de ensino da língua portuguesa, instalada num prédio da avenida Almeida Ribeiro e com cerca de duzentos alunos matriculados. A comissão de patronato desta escola que é composta de residentes chineses, é presidida pelo sr. Vong U. Chin. O director do novo estabelecimento de instrução é o sr. Vong Chio e os professores são os srs. Francisco de Assis Fung e Henrique Fernando dos Passos Noronha.

• Já se encontram instalados em Macau, no pavilhão do Pôrto Exterior, devidamente adaptado, os escritórios da "Pan American Airways".

Estão também em bom curso as obras de construção dos postos radiotelegráfico e meteorológico, privativos da Empresa, no cima da Colina da Penha.

• O Governo de Macau pediu autorização para abrir concursos para primeiros oficiais do Quadro da Fazenda da colónia entre os segundos oficiais do mesmo quadro.

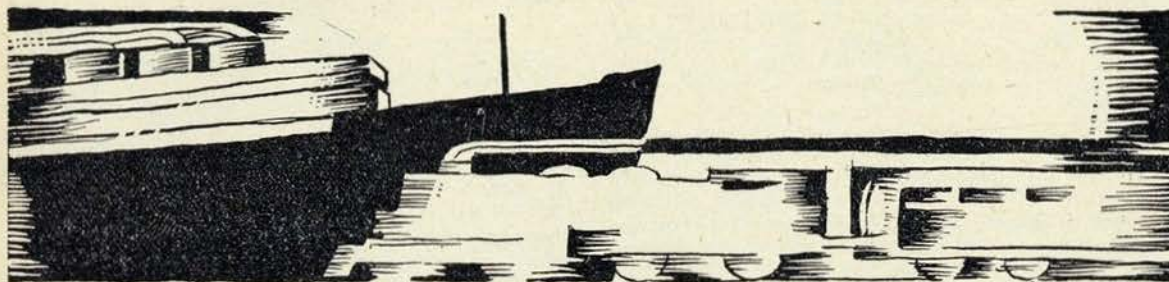
• Vão seguir para Macau a fim de serem internados no Seminário daquela diocese, 12 seminaristas que vão ali fazer o curso para padres destinados às missões religiosas do extremo Oriente.

Timor

O governo de Timor, que está reorganizando os quadros dos funcionários da respectiva colónia, vai enviar o projecto dessa reorganização para a Metrópole, a fim de ser apreciada pelo Governo Central.

• Segundo comunicação recebida de Timor pelo apuramento das contas relativas ao ano próximo passado, verifica-se um saldo de patacas 9.982.

• Vão ser dados mais latos poderes à comissão de saneamento da colónia de Timor.



ESTATÍSTICA

Índices-Números das cotações dos géneros coloniais

DESIGNAÇÃO	1914 Julho	Índices-números				Índice-número		
		1932	1933	1934	1935	1935 Janeiro	1936 Fevereiro	1936 Março
LISBOA (cidade)	100	1.636	1.304	1.303	1.275	1.292	1.114	1.218

Do Boletim Mensal da Direcção Geral de Estatística.

Cotações dos géneros coloniais (Praça de Lisboa)

Géneros	Unidade	Cotações em (a)	
		1929 15 de Janeiro	1935 15 de Dezembro
Cacau fino	15 quilogr.	77\$00	35\$00
Cacau paiol	»	62\$00	25\$00
Cacau escolha	»	36\$00	17\$50
Café de S. Tomé, fino	»	(b) 210\$00	—
Café de Novo Redondo	»	124\$00	40\$00
Café de Ambriz	»	123\$00	40\$00
Café de Encoje	»	116\$00	38\$00
Café do Cazengo (de 2. ^a)	»	120\$00	36\$00
Coconote	»	33\$00	17\$50
Copra	»	42\$00	19\$00
Óleo de palma, mole	»	45\$00	(d) 35\$00
Rícino	»	27\$00	20\$00
Gergelim	»	34\$00	20\$00
Algodão	Quilogr.	10\$00	6\$50
Cera	»	16\$00	11\$00
Cola	»	6\$00	(e) —
Açúcar, rama	»	(c) 1\$70	(e) —
Milho	»	\$94	—
Coiros	»	15\$00	6\$00

(a) As cotações apresentadas representam a média nas datas indicadas ou na data mais próxima — (b) Cotação em 1 de Agosto de 1928 — (c) Cotação em 21 de Setembro de 1928 — (d) Em tambores — (e) Não foi negociado.

Situação dos Bancos Coloniais com sede em Lisboa, em 29 de Fevereiro de 1936

(Valores em escudos)

BANCOS	ACTIVO				PASSIVO	
	CAIXA		Letras descontadas sobre o País e transferências	Letras a receber	Depósitos à ordem	Depósitos a prazo
	Dinheiro em cofre	Depósitos noutros bancos				
Banco de Angola (Sede)	294.873	3.524.033	2.697.829	—	6.346.921	2.143.189
Banco N. Ultramarino (Sede)	11.973.531	5.476.396	203.244.388	—	153.171.804	132.624.531

Do Boletim Mensal da Direcção Geral de Estatística.

Reexportação e trânsito de mercadorias das Colónias portuguesas por Lisboa de Janeiro a Março de 1936

MERCADORIAS	QUANTIDADES EM QUILOGRAMAS		VALOR EM ESCUDOS	
	Fevereiro	Janeiro a Março	Março	Janeiro a Março
Reexportação :				
Cacau	737.523	3.436.776	1.599.783\$00	7.468.357\$00
Café	275.485	1.025.176	673.829\$00	2.402.378\$00
Cera	133.056	295.846	1.373.266\$00	3.067.722\$00
Outras mercadorias	300.796	892.215	355.757\$00	979.281\$00
Total	<u>1.446.860</u>	<u>5.650.013</u>	<u>4.002.635\$00</u>	<u>13.917.738\$00</u>
Trânsito internacional :				
Cacau	—	—	—	—
Café	618.120	1.023.921	1.411.920\$00	2.401.760\$00
Cera	43.191	109.697	452.600\$00	1.118.600\$00
Óleos de palma e côco	—	117.118	—	135.200\$00
Ursela	—	—	—	—
Outras mercadorias	3.524.612	4.158.743	2.015.100\$00	2.887.100\$00
Total	<u>4.185.923</u>	<u>5.409.479</u>	<u>3.879.620\$00</u>	<u>6.542.660\$00</u>

Do Boletim Mensal da Direcção Geral da Estatística.

Quantidades em quilogramas de algumas mercadorias importadas e exportadas de e para as Colónias portuguesas de Janeiro a Março de 1936

MERCADORIAS	Angola	Cabo Verde	Guiné	Moçambique	S. Tomé e Príncipe	Índia, Macau e Timor
Importadas das Colónias :						
Arroz.....	—	—	66,708	—	—	—
Açúcar.....	6 022,646	—	—	6,757,187	—	—
Café.....	899,822	4,804	—	51	38,777	12,921
Trigo em grão.....	—	—	—	—	—	—
Peles em bruto.....	99,112	1,062	38,772	25,993	—	—
Algodão em caroço, rama ou cardado.....	685,196	—	—	840,623	—	—
Sementes oleaginosas.....	1,599	—	7,850	—	—	—
Milho.....	2,302,948	—	—	285,562	—	—
Exportadas para as Colónias :						
Vinhos do Pôrto (decalitros).....	1,005	112	177	3,076	27	293
» da Madeira (decalitros).....	—	—	—	74	—	23
» comuns tintos (decalitros).....	111,494	4,085	17,133	106,640	9,317	2,910
» » brancos (decalitros).....	—	—	—	—	—	—
» licorosos (decalitros).....	858	148	58	105	2	2,167
Conservas de vegetais..... quilo	—	—	—	—	—	—
Sardinhas em salmoura.....	—	—	30	—	271	—
Conservas de sardinha.....	6,237	—	6,591	47,396	1,498	2,209
Conservas de peixe não especificado.....	—	—	—	—	—	—
Cortiça em rolhas.....	81	—	—	712	—	71

Do Boletim da D. G. E.

Ações de Companhias Coloniais

1936		Vencimento de juros ou dividendo	Último juro ou dividendo pago		VALORES	OFERTAS			
Máximo	Mínimo		Data	Quantia		15 Abril 1936		15 Maio 1936	
						C.	V.	C.	V.
116\$00	103\$00	11-6-1935	1934	L. 5\$00	Agrícola das Neves.....	114\$50	116\$00	122\$50	127\$00
114\$00	99\$00	23-3-1936	1935	L. 6\$00	Agricultura Colonial (Soc.).....	108\$00	115\$00	—	125\$00
605\$00	500\$00	5-3-1936	2. ^a -1935	L. 13\$00	Açúcar de Angola.....	573\$00	574\$00	372\$00	—
70\$00	53\$00	15-7-1929	1928	£ 0-3-2 ² / ₃	Boror.....	70\$00	—	95\$00	—
14\$00	13\$00	—	1927	—	Cabinda.....	—	14\$00	13\$00	14\$00
37\$50	28\$00	11-7-1929	1928	£ 0-0-0,6	Buzi—de 1 a 150.000 1. ^a Em.	35\$50	36\$00	36\$00	36\$50
36\$50	27\$50	11-7-1929	—	£ 0-0-0,6	Buzi—de 150.001 a 300.000 2. ^a Em.	34\$50	36\$50	31\$60	32\$50
—	15\$00	1-4-1929	1927	L. 10\$00	Colonial de Navegação.....	15\$00	—	15\$00	24\$00
232\$00	197\$00	22-4-1935	1934	L. 9\$00	Ilha do Príncipe.....	225\$50	228\$00	280\$00	282\$00
18\$00	11\$80	2-6-1930	1928-29	L. \$99	Zambézia—t. 25.....	—	—	19\$00	23\$00